

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos
Deputados

Comissão de Educação e Cultura

SEMINÁRIO



EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA



Comissão
de Educação
e Cultura



EDUCAÇÃO
AO LONGO DA VIDA



Brasília – 2008

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa 2008

Presidente

Arlindo Chinaglia

Primeiro-Vice-Presidente

Narcio Rodrigues

Segundo-Vice-Presidente

Inocência Oliveira

Primeiro-Secretário

Osmar Serraglio

Segundo-Secretário

Ciro Nogueira

Terceiro-Secretário

Waldemir Moka

Quarto-Secretário

José Carlos Machado

Suplentes de Secretário

Primeiro-Suplente

Manato

Segundo-Suplente

Arnon Bezerra

Terceiro-Suplente

Alexandre Silveira

Quarto-Suplente

Deley

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos Deputados

Comissão de Educação e Cultura

EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

Seminário realizado pelas Comissões de Educação e Cultura e de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados para debater políticas de educação como estratégia de desenvolvimento humano e econômico do país.

Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
Brasília – 2008

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor AFRÍSIO VIEIRA LIMA FILHO

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Diretor ADOLFO C. A. R. FURTADO

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora MARIA CLARA BICUDO CESAR

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor SILVIO AVELINO DA SILVA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Diretor JOSÉ OLIVEIRA ANUNCIACÃO

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – CEDI

Coordenação de Publicações

Anexo II – Térreo – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5802 Fax: (61) 3216-5810

publicacoes.cedi@camara.gov.br

Projeto gráfico e diagramação: Marina Mendes da Rocha

Revisão: Comissão de Educação e Cultura

SÉRIE

Ação Parlamentar

n. 346

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura.
Educação ao longo da vida. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações,
2008.

61 p. – (Série ação parlamentar ; n. 346)

Seminário realizado pelas Comissões de Educação e Cultura e de Legislação Participativa da
Câmara dos Deputados para debater políticas de educação como estratégia de desenvolvimento
humano e econômico do país.

ISBN 978-85-736-5497-4

1. Educação permanente, Brasil. 2. Acesso a educação, Brasil. 3. Política de educação, Brasil.
4. Igualdade na educação, Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 37018.46(81)

ISBN 978-85-736-5497-4

SUMÁRIO

Composição da Comissão de Educação e Cultura.....	07
Equipe Técnica da Comissão de Educação e Cultura.....	11
Apresentação	13
Pronunciamentos.....	15

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Mesa da Comissão

Presidente:

DEPUTADA NEYDE APARECIDA (PT/GO)

Vice-Presidentes:

DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA (PT/RN)

DEPUTADO CÉSAR BANDEIRA (PFL/MA)

DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI (PMDB/RS)

Membros da Comissão:

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT/MG
DEPUTADO ALEXANDRE MAIA	PMDB/MG
DEPUTADA ALICE PORTUGAL	PC do B/BA
DEPUTADO ÁLVARO DIAS	PDT/RN
DEPUTADO ÁTILA LIRA	PSDB/PI
DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB/MG
DEPUTADO CARLOS ABICALIL	PT/MT
DEPUTADO CARLOS NADER	PL/RJ
DEPUTADA CELCITA PINHEIRO	DEM/MT
DEPUTADO CÉSAR BANDEIRA	PFL/MA
DEPUTADO CHICO ALENCAR	PSL/RJ
DEPUTADO CLÓVIS FECURY	DEM/MA
DEPUTADO COLOMBRO	PT/PR
DEPUTADO DR. HELENO	PSC/RJ
DEPUTADA ELAINE COSTA	PTB/RJ
DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA	PT/RN
DEPUTADO GASTÃO VIEIRA	PMDB/MA
DEPUTADO GERALDO RESENDE	PPS/MS
DEPUTADO GILMAR MACHADO	PT/MG
DEPUTADO HUMBERTO MICHILES	PL/AM

DEPUTADA IARA BERNARDI	PT/SP
DEPUTADO ITAMAR SERPA	PSDB/RJ
DEPUTADO IVAN VALENTE	PSOL/SP
DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS	PTB/SP
DEPUTADO JOÃO CORREIA	PMDB/AC
DEPUTADO JOÃO MATOS	PMDB/SC
DEPUTADO JONIVAL LUCAS JÚNIOR	PTB/BA
DEPUTADO JOSÉ LINHARES	PP/CE
DEPUTADO JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL/DF
DEPUTADA KELLY MORAES	PTB /RS
DEPUTADO LOBBE NETO	PSDB/PS
DEPUTADO LUCIANO LEITOA	PSB/MA
DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT	PMDB/GO
DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PP/MG
DEPUTADO MARCOS ABRAMO	PP/SP
DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO	PT/RS
DEPUTADO MEDEIROS	PL/SP
DEPUTADO MILTON MONTI	PL/SP
DEPUTADO MURILO ZAUIH	PFL/MS
DEPUTADO NEUTON LIMA	PTB/SP
DEPUTADA NEYDE APARECIDA	PT/GO
DEPUTADA NICE LOBÃO	PFL/MA
DEPUTADO NILSON PINTO	PSDB/PÁ
DEPUTADO ONYX LORENZONI	PFL/RS
DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO	PMDB/PR
DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI	PMDB/RS
DEPUTADO OSVALDO COELHO	PFL/PE
DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO	PMDB/CE
DEPUTADO PAULO LIMA	PMDB/SP
DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO	PT/PE
DEPUTADO PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA	PP/SP
DEPUTADO RAFAEL GUERRA	PSDB/MG
DEPUTADO RICARDO IZAR	PTB/SP

DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES	PFL/BA
DEPUTADO ROGÉRIO TEÓFILO	PPS/AL
DEPUTADO SEVERIANO ALVES	PDT/BA
DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA	PSDB/MT
DEPUTADO WALTER PINHEIRO	PT/BA
DEPUTADO ZÉ LIMA	PP/PA

EQUIPE TÉCNICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Secretária da Comissão:

Anamélia Lima Rocha Moreira Fernandes

1º Secretário Substituto:

Cláudio Ribeiro Paes

2º Secretária Substituta:

Cristiane Mara Faria Coura

Revisão:

Anamélia Lima Rocha Moreira Fernandes

Cristiane Mara Faria Coura

Sara Teixeira Santos

Assessoria Técnica:

Francisca Picanço

Maria do Rosário de Almeida

Marúcia Ferreira Lima

Zuleide Araujo Teixeira (coordenação)

Equipe de Processos:

Cristiane Mara Faria Coura

Maria Luiza de Assis Republicano

Cláudio Ribeiro Paes (coordenação)

Equipe de Eventos:

Cláudia Patrícia Dutra

Maria das Graças da Silva

Sara Teixeira Santos (coordenação)

Equipe de Apoio Técnico-Administrativo:

Eva Gomes Tavares

Frederico Lins Brasiliense

Hélio Antônio Nóbrega de Queiroz

José de Arimatéia Souza Araújo

Maria Célia de Carvalho Costa

Maria de Fátima Oliveira da Silva

E os adolescentes:

Moisés Ribeiro de Jesus

Reinan de Souza Aragão

Robson Rodrigues Gomes

APRESENTAÇÃO

A educação, face à sua característica formativa de gerações e gerações de pessoas, necessariamente, inclui no seu cotidiano uma integração indiscutível com o caminhar da sociedade, com seus avanços e retrocessos, faz parte, portanto, de um contexto permanentemente em mudança, onde vários setores da gestão e do saber interagem entre si para viabilizar o desenvolvimento de um país, de um povo. Neste sentido, movimentos sociais, instituições e estudiosos (as) já tomaram consciência de que o conhecimento, composto pelo pensar e pelo fazer, tem, a cada dia, desenhado caminhos e espaços bastante abrangentes, que exigem da capacidade criativa de educadores (as), legisladores (as), estudantes e gestores (as), algo mais amplo, mais ágil e diversificado, além do que já foi descoberto até hoje, com relação às metodologias de ensino e de construção do processo formativo, sem deixar de preservar a qualidade e o rigor científico necessários.

Parte-se do pressuposto de que as descobertas e formulações hoje praticadas devem continuar, mas, que sejam derrubados seus limites e fronteiras rígidas para permitir sua ampliação, preservando-se princípios educativos fundamentais, a exemplo da igualdade, do não dualismo, não mercantilismo, não utilitarismo, e de outras bases similares, tornando mais visíveis as questões referentes às diferenças e viabilizando o cumprimento do princípio da democratização do conhecimento. Neste sentido, a educação ao longo da vida torna explícita sua identidade, ou seja, como citou o conferencista da Unesco, resgatando sugestão do Relatório da primeira Comissão Mundial de Educação, coordenada por Edgar Faure:

“(...) que nas políticas e estratégias educativas, toda tendência neomalthusiana e todas tentativas que visassem travar o desenvolvimento da educação deveriam ser rejeitadas. Isso por razões ao mesmo tempo culturais, políticas e econômicas. O fim da educação é permitir ao homem ser ele próprio, vir a ser.”

Como mencionou o autor do requerimento, para que tivesse lugar esta audiência pública, o Deputado Carlos Abicalil, num momento político feliz, tanto a Constituição Brasileira de 1988, como a lei ordinária que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, conseguiram absorver nos seus textos esse horizonte largo e permanente do processo

educacional. A Universidade Popular Comunitária de Cuiabá, aos olhos do Deputado Abicalil, mostra a viabilidade de uma política pública com o objetivo que traduz a proposta da educação ao longo da vida. Para isto, solicitou à Comissão de Educação e Cultura que, ao lado da Unesco, do Presidente da Comissão de Legislação Participativa, e das demais autoridades convidadas, fizesse parte da mesa, a professora Rosângela Carneiro Góes, diretora daquela instituição.

Assim, apresento a presente separata, certa de que a Comissão de Educação e Cultura, ao lado da Comissão de Legislação Participativa, com esta publicação contribuem com a reflexão e o debate pertinente e contemporâneo, sobre o processo de formulação de uma política pública que traz no seu bojo uma concepção democrática da educação ao longo da vida, de um processo formativo permanente.

Deputada **NEYDE APARECIDA**
Presidente

PRONUNCIAMENTOS

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Neyde Aparecida) – Declaro abertos os trabalhos da presente Comissão de Educação e Cultura, que abordará o tema *Educação ao Longo da Vida*.

Convido para fazer parte da Mesa o Deputado Geraldo Thadeu, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, e o Deputado Carlos Abicalil, autor do requerimento de realização deste seminário.

O seminário sobre aprendizagem ao longo da vida, de autoria das Comissões de Educação e Cultura e Legislação Participativa, tem por objetivo comparar as demandas educacionais e o atendimento dado à população adulta no Brasil, aprofundar o debate sobre a relação existente entre capacitação da população adulta, seu desempenho econômico e o fortalecimento da identidade nacional, bem como as políticas educacionais sugeridas pelo FMI e pela OMC.

O seminário busca ainda contextualizar a pertinência e a importância de formular e implementar política de educação ao longo da vida como estratégia privilegiada ao desenvolvimento humano e econômico do País, tendo por base experiências em curso nessa área.

Esse tema é de grande interesse das duas Comissões, não somente pela evolução censitária da população, mas também pela meta de inclusão de todos os segmentos da população e pela contribuição que os adultos podem oferecer com a elevação do seu nível escolar e cultural.

Concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Legislação Participativa, Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU – Senhora Presidenta, Deputada Neyde Aparecida; Deputado Carlos Abicalil, autor desta iniciativa e membro titular da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão de Legislação Participativa; ilustres convidados Doutor Célio da Cunha, Assessor da Unesco na área de Educação no Brasil; senhor Timothy Denis Ireland, Diretor de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação; Doutor Moisés Domingos Sobrinho, Coordenador-Geral de Desenvolvimento e Modernização da Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação; Professora Rosângela Carneiro Góes, representando

a Universidade Popular de Cuiabá, minhas senhoras, meus senhores, é com grande satisfação que saúdo a todos por esta feliz iniciativa.

A educação ao longo da vida é tema que de há muito solicita a atenção dos brasileiros, que têm por atributo a emissão à inteligência do nosso futuro, melhor dizendo, dos homens e mulheres condutores da sociedade brasileira que têm a inteligência e a responsabilidade de construir melhor futuro para todos.

A temática *Educação ao Longo da Vida* não é nova. Com efeito, em 1972 a Unesco inaugurava a reflexão sobre a mesma, havendo publicado um relatório de sua Comissão Internacional para o desenvolvimento da educação, então presidida pelo ex-Primeiro Ministro e ex-Ministro da Educação da França, senhor Edgar Faure, e que foi intitulado *Aprender a Ser*. No ano seguinte, em 1973, foi a vez de a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, por intermédio do Centro de Pesquisas Educacionais e Inovação, publicar relatório que apontava na mesma direção precisamente intitulado *Educação Contínua – uma estratégia para a aprendizagem ao longo da vida*.

O que chama a atenção, conforme as palavras do estudioso contemporâneo, Prof. Peter, da Universidade de Göttingen, na Alemanha, é o consenso político global que se fecha, no final do século XX, em torno do conceito de educação ao longo da vida. Esse recente despertar que faz da necessidade de aprendizagem ao longo da vida um consenso mundial não é desprovido de significado e de conseqüências práticas para os educadores e os gestores das políticas de educação no Brasil.

Ainda segundo o autor citado, a nova compreensão da aprendizagem ao longo da vida demanda mudança de paradigma na organização da aprendizagem, não apenas na idade adulta, mas desde as primeiras formas de escolaridade, de modo que a questão central da Pedagogia não é mais saber como determinada matéria pode ser ensinada da maneira mais eficaz possível, porém quais os ambientes de aprendizagem são melhores para estimular a responsabilização dos processos de aprendizagem pelos próprios aprendentes, ou seja, como aprender pode ser aprendido. Acrescenta o mesmo autor que seguramente essa perspectiva inclui a transmissão de competências de base como a leitura, a escrita, o cálculo e a utilização do computador.

Aqui se delinea mais claramente para nós a dimensão do nosso desafio. Somos um País que precisa encontrar boas respostas para muitas e vitais

necessidades educacionais ao mesmo tempo. De um lado, não podemos nos dar ao luxo de perder de vista as tendências mundiais das políticas de educação ao longo da vida e o que essas representam em termos de novas abordagens do desenvolvimento profissional e do desenvolvimento contínuo da pessoa humana.

Do outro lado, ainda precisamos resolver questões anteriores ligadas à oferta de vagas para a educação infantil, o ensino médio e, sobretudo, precisamos resolver prioritariamente o desafio da qualidade da educação, garantindo a todos os brasileiros as competências básicas aqui mencionadas de domínio da leitura, da escrita, do cálculo e da utilização autônoma do computador.

Não é tarefa simples, mas não duvido que somos capazes. Apenas precisamos que a sociedade brasileira afirme unânime e uníssono “sim” a projeto de democratização social política e econômica, que tenha por base a democratização da educação de qualidade.

Estou certo de que, com a realização deste seminário, estamos mais uma vez dando nossa parcela de contribuição para essa obra.

Bom trabalho a todos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Neyde Aparecida) – Obrigada, ilustre Deputado Geraldo Thadeu, Presidente da Comissão de Legislação Participativa.

Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil, autor da proposição deste seminário.

O SR. DEPUTADO CARLOS ABICALIL – Senhora Presidenta, Deputada Neyde Aparecida; ilustre Presidente da Comissão de Legislação Participativa, Deputado Geraldo Thadeu; prezados convidados e convidadas aqui presentes na condição de expositores; assessores e público que vêm a esta reunião de trabalho em que se debate tema que, pelo histórico conceitual já mencionado pelo Deputado Geraldo Thadeu, aponta sua contemporaneidade por um lado, tendo em vista os últimos trinta anos de formulação de política pública em torno do tema da educação, e, ao mesmo tempo, a exigibilidade de que tratemos, no horizonte da realidade brasileira, a sua vinculação a ações e políticas em curso e a práticas educacionais já existentes em nosso território nacional.

Por um lado, a proposição deste seminário se dá por ter, de fato, já avançado do ponto de vista conceitual em mecanismos de organizações internacionais, em particular da Unesco, a formulação em torno do direito à educação ao longo da vida, não restritamente vinculada a etapas e modalidades da educação formal, tampouco restringida à condição de cumprimento da escolaridade obrigatória ou da temporalidade em que essa escolaridade é prevista em regimentos formais e legais.

Por outro lado, também se dá no horizonte do cumprimento daquilo que estabelece o art. 6º da Constituição Brasileira:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Essa redação foi complementada pela Emenda Constitucional n.º 26, de 2000.

Ao mesmo tempo, no capítulo específico da educação, estabelece no art. 205:

“Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Encontra também forte ressonância na regulamentação deste capítulo da Constituição, ocorrida no ano de 1996, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tramitou nesta Casa por mais de 8 anos e alcançou o seu texto, conforme o art. 1º, relatado pelo ex-Senador e eminente educador Darcy Ribeiro. Inclusive é o mesmo oriundo dos três relatórios votados e aprovados aqui na Câmara dos Deputados, antes da LDB ser sancionada em sucessivas Legislaturas.

Estabelece o art. 1º:

“Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”

Evidentemente, com essa abrangência e experiência, trazemos ao conhecimento da Câmara dos Deputados por intermédio dessas duas Comissões, da Universidade Popular Comunitária de Cuiabá, que aponta a exequibilidade de política pública voltada ao cumprimento daquela norma constitucional com a abrangência que lhe é dada e ao mesmo tempo à atualização fática e prática do que seja o alcance do art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que dispusemo-nos a fazer essa proposição.

Retrataremos aqui as políticas de ambiente mais geral formuladas pela Unesco – a quem agradeço, de pronto, a manifestação e aceito a este convite –, por meio do Ministério da Educação, em duas de suas secretarias: a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, e da Secretaria de Educação Técnica e Tecnológica, ambas correlatas ao conceito de educação que abrange todas as fases da vida, o seu vínculo com o mundo produtivo e real, com a militância do movimento social e, ao mesmo tempo, com a dissociação frente àquela que seja a temporalidade obrigatória.

A experiência da UPC, como é conhecida em Mato Grosso, seguramente poderá apontar em particular, Deputado Geraldo Thadeu, à Comissão de Legislação Participativa, algumas importantes iniciativas no que tange ao tratamento do tema de educação ao longo de toda a vida como sendo merecedor da atenção da Câmara dos Deputados.

Reconhecemos outras múltiplas experiências no País originadas de iniciativas muito diferenciadas e também consolidamos aqui instrumentos de apoio e suporte de que o Estado brasileiro deverá se valer para apoiar tais iniciativas. Dessa forma, o conceito de educação ao longo da vida poderá efetivamente transitar na condição dos protocolos de intenção e das formulações de documentos oficiais a política pública absolutamente realizável dentro do nosso território.

Ademais, tornar-se-á cada vez mais abrangente, tendo em vista o feliz alcance de maior longevidade por parcelas maiores de população que não só demandam a escolaridade formal nos termos do que a lei prevê de escolaridade obrigatória nos seus diversos níveis de modalidade de ensino, mas, em particular, esse conceito mais abrangente de educação que percorre toda a vida humana em qualquer uma de suas etapas.

Por essa razão, agradeço a ambas as Comissões a célere e unânime aprovação do meu requerimento, em particular à Deputada Neyde Aparecida, que mesmo com a agenda comprimida da Comissão de

Educação e Cultura proveu esta data ainda neste semestre legislativo, a fim de realizar este seminário que seguramente trará contribuições para nós que dele participamos diretamente e para aqueles que depois, pela *TV Câmara*, em particular no recesso legislativo, nos próximos quinze dias, poderão também desfrutar das contribuições apresentadas no debate de hoje.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Neyde Aparecida) – Obrigada, Deputado Carlos Abicalil.

Quando o Deputado Carlos Abicalil citou os artigos da Constituição Federal e da LDB, que estabelecem que todos têm direito à educação, inclusive aqueles que não tiveram acesso na idade correta, lembrei-me do nosso querido Paulo Freire, que foi o precursor de toda a discussão da educação ao longo da vida, especialmente dos adultos.

Enquanto o Deputado se pronunciava, lembrei-me também de que recentemente estivemos no Palácio do Planalto, quando foram homenageados e receberam prêmios os autores de livros destinados à população adulta que está na escola. Muitos que estão agora aprendendo a ler, certamente não lerão livros voltados para as crianças nem para a juventude. Mas o Governo Federal, preocupado, incentivou vários autores a escrever livros voltados para parte da população recém-alfabetizada que, logicamente, deverá continuar a sua escolaridade. Considero louvável essa experiência por parte do Ministério da Educação. Há livros voltados para a realidade da população, como sempre pregou Paulo Freire.

Desfaço esta Mesa para iniciar imediatamente os debates. O Presidente da Comissão de Legislação Participativa deverá continuar nesta reunião e também o Deputado Abicalil, ao qual passarei a coordenação dos trabalhos, uma vez que tenho de me ausentar, pois sou Relatora na Comissão Especial do Cerrado e estão me aguardando para proceder à leitura do meu relatório. Esperamos que hoje haja *quorum* naquela Comissão, já que desejamos aprovar o projeto em que os biomas Cerrado e Caatinga sejam considerados patrimônio nacional.

Assim sendo, passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Carlos Abicalil. Posteriormente, retornarei para participar dos debates.

Muito obrigada.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Vamos trazer à Mesa nossos convidados para suas exposições iniciais.

Primeiramente, o Professor Doutor Célio da Cunha, assessor da Unesco na área de educação; o Professor Moisés Domingos Sobrinho, Coordenador Geral de Desenvolvimento e Modernização da Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério de Educação; o Professor Timothy Denis Ireland, Diretor de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação; a Professora Rosângela Carneiro Góes, da Universidade Popular Comunitária de Cuiabá.

Simultaneamente a essa nossa reunião de trabalho estão ocorrendo algumas outras atividades atinentes ao processo educativo e à formulação de políticas importantes, que acho merecerem registro: neste momento, instala-se, na sala ao lado, a Comissão Especial que tratará da reforma do ensino superior; está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados o relatório da emenda constitucional relativa ao Fundeb, votado no Senado Federal na última semana, que dará novo contorno ao financiamento da educação básica do País – significa que, na data de hoje, a agenda de deliberação da Casa guarda bastante relação com o que vamos tratar aqui, em caráter inédito na Câmara dos Deputados, a educação ao longo da vida.

Cada um dos expositores disporá de 25 minutos para suas exposições. Na seqüência, faremos interação com aqueles que neste plenário desejarem participar, seja dando contribuições, seja fazendo acréscimos àquilo que tiver sido exposto, formulando questionamentos ou fazendo as observações que julgarem oportunas.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Professor Célio da Cunha, assessor da Unesco na área de comunicação.

O SR. CÉLIO DA CUNHA – Quero, inicialmente, agradecer o convite para estar presente. A Unesco sente-se bastante honrada neste momento. O tema *Educação ao Longo da Vida* é um dos mais caros à Unesco. Por isso, Deputado Abicalil, membros das Comissões de Educação e de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, em nome da Unesco, apresento a Vossas Excelências meus sinceros cumprimentos por esta iniciativa.

Estou certo de que realizar esse debate é uma iniciativa pioneira, até comparativamente com outros países. Não temos notícias de que parlamentos de outros países tenham tomado iniciativa dessa envergadura. Normalmente, o tema é debatido em universidades e academias. Mas a

Comissão de Educação chama para o Parlamento esse debate, procurando verificar todas suas implicações.

A Unesco, então, realmente deseja cumprimentar Vossa Excelência e os membros das Comissões já mencionadas.

Quero cumprimentar também os demais colegas de Mesa e essa distinta platéia.

Vou apresentar uma síntese do pensamento da Unesco. O Deputado Geraldo Thadeu já fez menção ao famoso relatório da Unesco, de 1972. Vou detalhar um pouco mais aquela apresentação, que creio ser da mais alta importância.

A Unesco está comemorando neste ano seu sexagésimo aniversário. Em seus primeiros anos de criação, a alfabetização foi realmente um assento muito forte. Logo nos anos sessenta, ela começou a perceber a crise mundial da educação e, nos anos setenta do século passado, constituiu a Comissão Mundial de Educação, coordenada, como mencionou o Deputado Geraldo Thadeu, por Edgar Faure. Essa Comissão produziu substantivo relatório, intitulado *Aprender a Ser*, cuja atualidade é impressionante. O relatório lança as bases de uma educação permanente.

Passo a comentar alguns trechos do relatório:

“Ao caminhar para os cumes do conhecimento e do poder, como é possível não sentir inquietação e breve angústia ao considerar as vastas zonas de sombra que marcam, no planeta, uma geografia da ignorância, além de que existe ainda uma geografia da fome e da mortalidade precoce?”

Esse foi um dos primeiros grandes fundamentos, que haveria depois de ser canalizado para essa idéia de educação permanente. A Comissão já via a educação como instrumento fantástico de contínuo aperfeiçoamento humano.

E continua o Relatório Faure:

“Na grande mutação do mundo moderno, não só se deseja que não se agravem as disparidades econômicas, intelectuais e cívicas, como também que todos os povos possam ascender a um certo nível de bem-estar, de instrução, de democracia, mas que tal não seja, como se pensou durante muito tempo, um simples caso de filantropia, de caridade, de bem-estar, de nobreza de alma.”

Aqui ele se refere a uma democracia que pudesse conduzir cada habitante da Terra a ser sujeito de seu próprio itinerário, a não ser uma pessoa passiva, explorada. O Relatório Faure teve essa coragem, é um relatório forte e muito atual.

E diz mais:

“(…) que não constitui uma estranha anomalia que, numa época em que a teoria se conjuga essencialmente com aplicação, e biologicamente o ser humano ascende cada vez mais cedo à sua maturidade, os estudantes marquem passo até os 25 anos ou mais nessa plataforma que os mantém afastados da vida real, da ação produtiva, da autonomia, da decisão e da responsabilidade.”

Edgar Faure lança aqui um dos grandes princípios que dariam sustentação à idéia de educação permanente, aperfeiçoada no relatório seguinte da Unesco, à idéia de uma educação ao longo da vida.

A Comissão sugeriu:

“(…) que nas políticas e estratégias educativas, toda tendência neomalthusiana e toda tentativa que visasse travar o desenvolvimento da educação deveriam ser rejeitadas. Isso por razões ao mesmo tempo culturais, políticas e econômicas. O fim da educação é permitir ao homem ser ele próprio, vir a ser.”

Vejam a profundidade dessa consideração no Relatório Faure – uma educação voltada para o vir a ser, para a pessoa, não como escrava de mercados, mas com condição de realizar todas as suas plenitudes, sua potencialidade. E isso por razões não apenas econômicas, como também culturais e políticas. Essa tese do Relatório Faure é de impressionante atualidade.

Hoje, todos lutamos para ampliar os recursos da educação, a fim de aprovar o Fundeb. Não se trata apenas de lutar por mais recursos, de atender a necessidades econômicas, embora devam ser também atendidas. Trata-se muito mais, realmente, de criar condições para esse contínuo aperfeiçoamento, para uma vida mais digna em todos os segmentos sociais.

O relatório vai além:

“Em relação ao emprego e ao progresso econômico, o fim da educação deveria ser não só preparar jovens e adultos para um ofício determinado, para a vida, como melhorar também a mobilidade profissional e suscitar um permanente desejo de aprender e de se formar.”

É por isso que o Relatório Faure lança aquela grande aprendizagem fundamental, que será aproveitada também no relatório Delors: o aprender a aprender, o aprender a conhecer, então garantir que todos possam adquirir um instrumental para essa educação permanente, para essa educação ao longo da vida.

Hoje, quando todos sabemos da necessidade de uma pessoa mudar 4, 5, 6 vezes de emprego na vida, muitas vezes sujeitando-se às mais difíceis condições de emprego, esse instrumental constitui uma necessidade absolutamente necessária; constitui mesmo um dever-cidadão a que todo o Estado deve atender. Por isso, a Unesco sempre defende uma política de Estado para a educação.

O Relatório Faure lança, depois de todos esses fundamentos, a idéia de uma educação permanente e, mais ainda, de cidades educadoras:

“E porque assim é, a Comissão dedicou todo interesse a duas noções fundamentais: à educação permanente e à cidade educativa. Seus estudos não podem mais constituir um todo definitivo que se distribui e se recebe antes da entrada na vida adulta, qualquer que seja o nível da bagagem intelectual e a idade dessa entrada. É, então, preciso reconsiderar os sistemas de ensino no seu conjunto e mesmo na sua concepção.”

Isso foi lançado na década de 70, há mais de 35 anos. De fato, progredimos muito pouco nessa direção.

É também outro preceito, outro fundamento de grande atualidade, a idéia de uma educação permanente e de cidades educadoras, que passo a comentar.

O conceito de cidades educadoras está muito aliado à idéia de uma educação permanente e ao conceito de educação ao longo da vida:

“Eis-nos chegados muito além de uma simples mudança sistemática. Por muito radical que seja, são os próprios termos da relação entre sociedade e educação que mudam de natureza. Uma configuração social que desse lugar à educação, que a situasse neste lugar, merecia um nome que lhe seria próprio: cidade educativa. O seu advento só poderia conceber-se no fim de um processo de compenetração íntima da educação e do encadeamento social, político e econômico. Nas células familiares, na vida cívica, implica que possam ser postos, em todas as circunstâncias, à livre disposição de cada cidadão, os meios de se instruir, de se formar, de se cultivar, conforme a

sua conveniência pessoal, de tal sorte que se encontre, em relação à sua própria educação, numa posição fundamentalmente diferente, a responsabilidade substituindo a obrigação.”

A idéia de cidades educadoras progride de alguma maneira. Existem hoje no mundo algumas experiências. Barcelona, por exemplo, é uma das mais citadas. Mesmo no Brasil já há projetos de cidades educadoras. A Unesco, atualmente, está examinando um projeto da cidade de Sorocaba. Propõe-se levar avante essas idéias cuja síntese estou tentando.

O que se perde hoje em termos de educação é uma coisa fantástica. Essa idéia de cidade educadora coloca toda uma comunidade a serviço da educação, por meio dos seus diversos recursos, dos seus diversos equipamentos, dos seus recursos humanos, de toda a sua potencialidade.

Recentemente, discuti com um grupo de Sorocaba sobre qual seria o ponto número um para se pensar em fazer uma cidade educadora: examinar o currículo das cidades. O que a cidade tem a oferecer? Quais são as entidades que podem educar? Não apenas escolas, pode ser um jornal, uma emissora de televisão, um teatro. Então se pensa numa cidade como Brasília, tão mal aproveitada nesse sentido, apesar de ter extraordinário currículo para se transformar numa cidade educadora. Isso tem conseqüências impressionantes para esse projeto de educação ao longo da vida.

O próprio Edgar Faure define as cidades educadoras como a revolução cultural do nosso tempo:

“A educação, nessa perspectiva, constituirá, amanhã, um conjunto coordenado cujos setores serão estruturalmente integrados. Será universalizada e contínua, do ponto de vista das pessoas; total e criativa, por conseqüência, individualizada e autodirigida. Será o suporte e o animador da cultura, tanto como motor da promoção profissional. Este movimento é irresistível e irreversível.”

É esta a revolução cultural do nosso tempo.

Realmente, será uma revolução à medida que tivermos coragem de organizar esse potencial que possuem as cidades. Isso pode parecer novidade, mas na Grécia antiga, na antiga *polis* grega, já existia o embrião de cidades educadoras.

O conceito de cidades educadoras e de educação permanente avança. Na década de 90, com todo o processo de globalização tomando uma

nova feição no mundo após a queda do muro de Berlim, o declínio do bloco soviético – dirigia a Unesco nessa época Frederico Mayor, que teve a iniciativa de constituir uma segunda comissão para examinar a situação mundial da educação, em face da intensificação do processo de globalização – é formada a segunda Comissão Mundial de Educação, coordenada pelo ex-Ministro da Economia da França, Jacques Delors. Ele aproveitou muito do que anteriormente havia sido lançado pelo Relatório Edgar Faure, aperfeiçoa e leva isso a um patamar seguinte.

O Relatório Delors dá grande ênfase à educação ao longo da vida. Ele começa por dizer:

“A educação ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas à medida que aumenta o papel que desempenha na dinâmica das sociedades modernas. Este fenômeno tem várias causas. A divisão tradicional da existência em períodos distintos – o tempo da infância e da juventude consagrado à educação escolar, o tempo da atividade profissional adulta, o tempo da aposentadoria – já não corresponde às realidades da vida contemporânea e, ainda menos, às exigências do futuro” – o Deputado havia enfatizado em sua fala.

Enfatiza o Relatório Delors a necessidade de uma contínua atualização dos saberes:

“Hoje em dia, ninguém pode pensar adquirir, na juventude, uma bagagem inicial de conhecimentos que lhe baste para toda a vida, porque a evolução rápida do mundo exige uma atualização contínua dos saberes, mesmo que a educação inicial dos jovens tenda a prolongar-se. Além disso, a redução do período de atividade profissional, a diminuição do volume total de horas de trabalho remuneradas e o prolongamento da vida após a aposentadoria aumentam o tempo disponível para outras atividades.”

Essa a atualização contínua dos saberes na década de noventa. Jacques Delors soube perceber o elevado valor estratégico da educação.

Em outra parte, o Relatório Delors chama atenção para o acentuado crescimento da diferença cognitiva entre as nações. Esse relatório foi lançado para servir de alerta mundial, ou seja, se as nações mais pobres, as nações emergentes, não cuidassem urgentemente de sua educação,

certamente teriam problemas em relação à nova configuração que a economia mundial estava assumindo.

O Relatório Delors procura ver a educação – não poderia ser diferente, essa é uma das bandeiras históricas da Unesco – numa dimensão humana, como uma construção contínua da pessoa humana, num processo dialético em várias dimensões:

“A educação ao longo de toda a vida é uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir. Deve levá-la a tomar consciência de si própria e do meio que a envolve e a desempenhar o papel social que lhe cabe no mundo do trabalho e na comunidade.”

O saber, o saber-fazer, o saber-viver juntos e o saber-ser constituem quatro aspectos, intimamente ligados, de uma mesma realidade. Experiência vivida no quotidiano e assinalada por momentos de intenso esforço de compreensão de dados e de fatos complexos. A educação ao longo de toda a vida é o produto de uma dialética com várias dimensões.”

Isso também é de extrema importância. Muitas vezes menciona-se educação, mas o que se fala não constitui educação. Por isso, sempre digo que não podemos esquecer o velho conceito de educação socrática: realmente possibilitar ao indivíduo ser aquilo, expressar as suas potencialidades.

A conjunção das quatro aprendizagens fundamentais – aprender a fazer, aprender a conhecer, aprender a ser e aprender a conviver juntos – constitui o pilar da educação ao longo da vida no século XXI.

Posteriormente, o próprio Edgar Faure menciona os sete saberes fundamentais à educação do futuro, ou seja, a um processo educativo que considere o ser humano na sua plenitude e que o considere inserido numa determinada sociedade onde há necessidade de ele também contribuir com essa sociedade.

Esse sentido mais amplo e mais lato de educação é preconizado pelo Relatório Delors, mas o relatório amplia o conceito de educação permanente:

“A ampliação do conceito inicial de educação permanente, para além das necessidades imediatas de reciclagem profissional, corresponde, pois, atualmente, não só a uma necessidade de renovação cultural, mas também, e sobretudo, a uma exigência nova, capital, de autonomia dinâmica dos indivíduos

numa sociedade em rápida transformação. Tendo perdido muitas das referências que lhes fornecia outrora a tradição, as pessoas precisam recorrer, constantemente, a seus conhecimentos e à sua capacidade de discernimento para poderem orientar-se, pensar e agir. Todas as ocasiões, todos os campos da atividade humana devem contribuir para tal, a fim de fazer coincidir a realização pessoal com a participação na vida em sociedade. A educação descompartimentada no tempo e no espaço torna-se, então, uma dimensão da própria vida.”

Esse é um dos grandes fundamentos da idéia da cidade educativa ou da cidade educadora.

O relatório vai mais além:

“O conceito de educação ao longo de toda a vida é a chave que abre as portas do século XXI. Ultrapassa a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente. Aproxima-se de um outro conceito proposto com frequência: o da sociedade educativa, onde tudo pode ser ocasião para aprender e desenvolver os próprios talentos.”

Isso tem uma potencialidade fantástica.

Chamo a atenção para o fato de que há na LDB um grande princípio de aproveitamento de estudos que nem de longe foi aproveitado.

Diz ainda o Relatório Delors:

“Nesta nova perspectiva a educação permanente é concebida como indo muito mais além do que já se pratica, especialmente nos países desenvolvidos: atualização, reciclagem e conversão e promoção profissionais dos adultos. Deve ampliar a todos as possibilidades de educação, com vários objetivos, quer se trate de oferecer uma segunda ou uma terceira oportunidade, de dar resposta à sede de conhecimento, de beleza ou de superação de si mesmo, ou ainda, ao desejo de aperfeiçoar e ampliar as formações estritamente ligadas às exigências da vida profissional, incluindo as formações práticas.”

Vejam que o conceito de educação permanente, lançado por Edgar Faure, foi ampliado, foi redimensionado para chegar a esse ponto.

Para encerrar, gostaria de fazer uma relação entre educação ao longo da vida em sociedades do conhecimento e a revolução das novas tecnologias.

Está sendo bastante vendido no Brasil o livro *O Mundo Plano* – certamente, muitos dos presentes o conhecem –, de um jornalista do *The New York Times*, em que se faz uma excelente análise do impacto dessas novas tecnologias na economia e na vida das pessoas. Depois de analisar todo o potencial dessas novas tecnologias – computador e Internet –, chega o autor à seguinte síntese:

“Quando falamos aos pobres, freqüentemente o tema é tirá-los das ruas ou dar-lhes um emprego para que não morram de fome, mas nunca falamos em conferir-lhes capacitação de qualidade. Minha idéia é que somos capazes de tratar desse tipo de desigualdades, caso consigam quebrar todas as barreiras que lhe são impostas. Se um deles for bem sucedido, poderá levar mil consigo.”

Isso é muito atual. O mundo hoje dispõe dessas condições. Daí a importância, Deputado, de um debate no Parlamento, por onde passam muitas dessas decisões, e o setor político tem uma responsabilidade muito grande. Essas novas tecnologias podem, pela primeira vez na história, colocar o conhecimento ao alcance de todas as pessoas. Podem, realmente, multiplicar cidades educativas, cidades educadoras.

Como falei, a LDB encerra em si o princípio do aproveitamento de estudos. No dia em que realmente tivermos coragem de ampliar a idéia de certificação, não só a profissional, mas a de estudos, a profissional, a de conhecimentos, aproveitando esse enorme potencial de oferecer educação e conhecimento da cidade, seguramente, a política educacional – não eliminando o papel do Estado, é importante assinalar, mas tendo-o induzindo e até coordenando isso – pode ganhar um novo *status* e uma dimensão sem precedentes em nossa história.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Agradeço ao Professor Célio da Cunha a excelente contribuição que traz ao debate, o que só confirma nosso acerto em trazer ao Parlamento debate em torno deste tema, que não é novo, mas carece do eco e da substância necessária para o seu tratamento no Parlamento brasileiro. Sem ousar exagerar, creio que nas Câmaras Municipais e nas Assembleias Legislativas esse tema também necessitará ser tratado, com a multiplicidade de faces que seguramente merecerá.

Fará uso da palavra o senhor Moisés Domingos Sobrinho, Coordenador Geral de Desenvolvimento e Modernização da Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação.

O senhor Moisés é doutor em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e ex-Coordenador Geral de Estatísticas Especiais do Inep.

O Professor Célio da Cunha também já esteve em Cuiabá profissionalmente, e esse vínculo com Mato Grosso e Cuiabá tem muito a ver com o meu papel na Câmara dos Deputados, uma vez que sou representante da bancada mato-grossense.

Mas agora vamos ao Nordeste, ao Rio Grande do Norte, na ponta do Atlântico, com a participação do senhor Moisés Domingos Sobrinho.

O SR. MOISÉS DOMINGOS SOBRINHO – Inicialmente, cumprimento as senhoras e os senhores presentes.

Em nome do Professor Eliezer Pacheco, Secretário de Educação Tecnológica, que infelizmente se encontra fora do País, agradeço o convite e elogio a iniciativa do Deputado Carlos Abicalil e aos demais organizadores do evento.

Desde que entrei nesta sala minha cabeça está girando, o pensamento funcionando, porque uma coisa é um professor de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte cedido ao MEC discutindo suas idéias, desenvolvendo-as, formando-as, outra realidade é a de um gestor de Estado que administra um continente, tendo todas as estruturas objetivas que amarram a cultura institucional, secular e todas essas dificuldades.

Por isso, este tipo de iniciativa, inclusive envolvendo mais o Executivo, para que os gestores possam passar por vários momentos de reflexão, receber da sociedade civil, diríamos assim, suas contribuições, é extremamente importante e deve ser multiplicada porque, também neste caso específico, estamos lidando com um tema bastante complexo, bastante amplo que não se esgota apenas nas nossas reuniões.

Inicialmente, vou mostrar-lhes as iniciativas que estamos desenvolvendo. Evidentemente, elas não foram orientadas segundo as temáticas propostas para este seminário, mas procuram absorver algumas delas e abrem um leque de possibilidade de articulação, de discussão, de aprofundamento do que o Estado está tentando fazer especificamente no caso da educação tecnológica.

Nessa primeira transparência, podemos ver o contraste entre a demanda da sociedade pela qualificação profissional e o campo de atuação da nossa Secretaria.

De acordo com dados, em 2004, a PEA era de 93 milhões; a média de anos de estudo, 6,5; o percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudos, 26%; entre outros dados, como matrícula no ensino fundamental e matrícula no ensino médio regular. As matrículas em cursos técnicos públicos e privados não ultrapassam 707 mil, em todas as modalidades, em todos os níveis. A oferta de cursos profissionalizantes é mera figura ilustrativa, servindo para que se tenha idéia do que ocorre em todo o País, mas aponta para o grande desafio e para as grandes dificuldades que tem a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Seu raio de alcance é ainda bastante limitado. Trata-se de uma Secretaria que não dispõe de orçamento próprio, não tem diretrizes no campo das políticas nacionais amplamente definidas, e vive de programas e de projetos especiais.

Nesses quatro anos de governo, tivemos de enfrentar imensas e increditáveis barreiras, a exemplo de uma legislação que impedia a União de promover a expansão da educação profissional e tecnológica no País desde 1997. Mas uma das maiores barreiras que tivemos de superar foi a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Temos grandes desafios a enfrentar: ofertas insuficientes de vagas e de cursos; qualidade da formação; ausência de fontes próprias de financiamento; quadro insuficiente de docentes e técnicos administrativos; uma EPT ainda desvinculada do ensino médio e pouco sintonizada com o mundo do trabalho e as limitações históricas da EPT.

Temos fortes raízes históricas com a EPT, que ocupa lugar desqualificado na formação nacional. Prefere-se ter no Estado um campus universitário a ter uma Uned. Um professor-doutor do Cefet, embora tenha excelente qualificação, não ocupa a mesma posição simbólica que um doutor formado em universidade clássica.

Essas limitações históricas que implicam razões de ordem sociológica e cultural representam desafios a serem enfrentados.

No Governo atual, conforme já falei, tivemos de superar os limites da Lei nº 2.208, de 1997, que desvinculava o ensino médio do profissionalizante, e da Lei nº 9.649, de 1998, que impedia a União de assumir a expansão da rede.

São nossas diretrizes a considerar: formação profissional específica e continuada como necessidade permanente; garantia do acesso à EPT pública e de qualidade; estabelecimento de sintonia entre oferta e demanda, de acordo com os arranjos produtivos locais – mas não só isso –, com as particularidades socioculturais de cada realidade, de cada contexto; esboço na Setec do Projeto Sintonia, que está sendo discutido com os atores desse processo, que visa a estabelecer sintonia entre oferta e demanda nessa área, e as novas instituições que vierem a ser construídas já obedecerão a essa norma; criação do , porque precisamos de financiamento específico para a educação tecnológica, a fim de que ela não fique à mercê dos acordos internacionais ou de orçamentos específicos; desenvolvimento de ação educacional mobilizadora de toda a sociedade brasileira; estreitamento de relação – a atual gestão da Setec tem procurado fazer isso – entre a administração central com toda a rede de EPTs e os sistemas estaduais, uma vez que acreditamos ser necessário democratizar, ampliar essas relações, e buscar o contato permanente com todos os Estados e Municípios; estabelecimento de amplo e valioso debate com o Sistema S, mantendo um diálogo produtivo e não apenas ideológico.

Estamos nos preparando para a conferência nacional a ser realizada em Brasília – deveria acontecer em agosto, mas por razões eleitorais ficará para novembro. Mobilizamos todas as redes e setores vinculados à educação profissional e tecnológica, a fim de que possamos ter todas essas diretrizes traçadas numa política de Estado, não apenas numa ação de Governo.

Quebrada a barreira da proibição de a União assumir essas novas instituições, chegamos ao final deste ano com essa ampliação, que atingiu Estados que não possuíam, por exemplo, escolas técnicas federais. Temos cinco escolas técnicas, 4 escolas agrotécnicas, 36 unidades de ensino descentralizadas, e a União assumiu 17 instituições que lidavam com EPT, transformando-as em unidades de ensino descentralizadas, ligadas a determinado Cefet. No total, temos 42 novas, mais 17 federalizadas, totalizando 59, que, com as 144 existentes, somam 203, sendo 7 instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Abrangência: 1.500 Municípios, com a criação de 74.136 novas vagas em cursos técnicos de nível médio e superior; 5.138 novos postos, com 1.990 professores. Há cerca de 6, 7 anos não havia contratação de pessoal nem construção de escolas.

Recursos: 99 milhões, sendo que 83 milhões em recursos humanos.

Foi dada prioridade a algumas áreas, tais como Estados que não possuíam nenhuma instituição, a exemplo do Acre, como está aí previsto, Municípios do interior desses Estados e periferia dos grandes centros urbanos.

Metas para essas novas escolas: 30 mil novas vagas em Projeja – vou explicar adiante, é um projeto importante, tem a ver com o tema específico deste seminário; abertura de 139 cursos, observando características tais como cursos sintonizados com os arranjos produtivos locais, cursos de oferta inéditos, como de tecnologia em agroecologia, conservação e restauração de móveis, tecnologia de cafeicultura etc. e outras modalidades pouco exploradas, a exemplo de formação em recursos pesqueiros, turismo, produtos naturais, áreas não abrangidas, potencialidades pouco desenvolvidas.

Com a expansão da rede, a contração de pessoal e outras preocupações paralelas como a modernização de laboratórios etc., temos 2 programas muito importantes para essa discussão. Um deles é o Escola de Fábrica, que, na prática, transforma a fábrica em sala de aula, para fornecer qualificação profissional e reforço nos conteúdos de português, matemática, história e geografia. Os estudantes têm entre 16 e 24 anos, possuem renda de até 1 salário mínimo e meio por pessoa da família e freqüentam a escola em classe regular ou na modalidade educação de jovens e adultos; recebem alimentação, transporte e uniforme, cedidos pela empresa parceira, além de bolsa mensal de 150 reais.

O próximo quadro mostra o avanço desse programa. Em 2005, tínhamos 15 unidades gestoras públicas envolvidas. Em 2006, passamos para 84. Gestoras privadas, de 44, passamos para 102. Estatais, de 5, passamos para 6.

Em 2005, foram oferecidas doze mil bolsas, vezes seis meses, que é o tempo de duração dessa formação, vezes 150 reais, o valor unitário de cada bolsa. Em 2006, chegamos a 18 mil, vezes 6, atingindo o recurso de 28. Números oferecidos: de 414, pulamos para 830; número de alunos, de 10 mil para 18 mil; com abrangência em todos os Estados e 250 Municípios. É um programa muito incipiente, mas que está sendo bem recebido.

Outro programa que nos interessa de perto é o Projeja – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, na modalidade EJA, que permite o acesso às escolas e centros federais ao jovem e ao adulto com baixa escolaridade. Até 2007, cerca de 30 mil trabalhadores devem concluir a educação básica, ao mesmo tempo em que aprendem uma profissão técnica.

Entre 2005 e 2007 serão investidos 43 milhões no programa. As Instituições Federais de Educação Tecnológica – IFETs, em 2006, foram estimuladas, não obrigadas, a oferecer 10% das vagas e, em 2007, deverão oferecer 20%. A partir de 2006, esse programa passa a articular-se, bem proximamente, com o Sistema S, que consideramos parceiro importantíssimo em todo o País, além de todas as outras iniciativas que podem vir da sociedade civil e dos setores organizados.

Os acordos de cooperação assinados entre o MEC e o Ministério do Trabalho e Emprego prevêm – esta é uma missão e uma meta a atingir também – a oferta de 100 mil vagas até 2007.

E, mais ambiciosamente, como consideramos a relevância e a importância do Proeja, nos próximos quatro anos prepararemos e faremos as articulações para que fique, a quem vier a dirigir o País amanhã, o desafio de oferecer 5 milhões de vagas nos próximos anos.

Além disso, vamos qualificar 3.500 professores e gestores. No momento, oferecemos a 1.800 professores, a partir de 15 Cefets pólo em todo o País, a especialização na modalidade Proeja.

Elaboração de material didático. Apoiar os gestores na implementação do Proeja.

Essas são as iniciativas mais relevantes.

Temos outras preocupações. Uma delas é integrar a educação profissional à universidade aberta; articular os Cefets com a universidade aberta, para oferecer educação à distância, tanto através da universidade aberta, quanto das unidades móveis, como dos pólos de formação tecnológica, que estão sendo articulados em todo o País, a fim de que a educação profissional se expanda ou, pelo menos, caminhe na direção de suprir as deficiências nas áreas profissional e educacional que mostramos no início, a defasagem, a distância diante da realidade da população economicamente ativa.

Entre outras iniciativas, temos a preocupação de que a EPT não esteja vinculada, porque essa foi sempre a ótica que encontramos nos documentos, nas diretrizes anteriores, a educação profissional voltada para o mercado. O Decreto nº 2.208 impedia essa articulação com o ensino médio, que abria espaço para essa formação fragmentada e voltada especificamente para o mercado.

Nós, que hoje compomos a equipe da Setec, temos a preocupação de estimular, em articulação com todos os demais atores e agentes desses

processos, a compreensão e a implementação de uma política e de uma visão de educação voltadas para toda a vida, para a formação permanente e continuada, para essa perspectiva teórica, essa compreensão do papel da educação no mundo atual.

Todavia, como eu chamei atenção no início, antes de pensar sob o ponto de vista da elaboração teórica, penso no que pode acontecer; no que podemos fazer no âmbito do Estado, no âmbito do que temos hoje como gestão pública, com a estruturação dentro do Ministério da Educação, com a estrutura funcional do órgão a que pertencemos, das secretarias. Os entraves simbólicos culturais que dificultam a agilidade na implementação dessas metas e a compressão dessa visão de mundo são barreiras que vamos enfrentar o tempo todo no desenvolvimento das nossas políticas.

Estou entre aqueles que acreditam que uma das tendências fundamentais dos processos societários brasileiros é a formação de uma cultura democrática, mais do que uma estruturação democrática da sociedade, sem que esses dois aspectos se desvinculem, mas formação de uma cultura democrática que implique produção e reprodução de milhões de atos cotidianos para se estabelecer a novidade.

Fui militante a vida toda em todos os níveis estudantis e partidários e acadêmico na formação universitária, na prática da pesquisa, na prática de sala de aula, mas, no âmbito do Estado, no lugar do gestor, isso nos chama a uma reflexão bastante profunda, complexa, para que saibamos articular com toda a sociedade e nos incorporar a todos os debates.

É o que temos feito nesse processo da Secretaria: abrir espaço para as idéias que vêm de toda a rede, de todos os atores envolvidos dentro das nossas possibilidades; fazer essas articulações, discutir com os mais diferentes grupos, trazer os intelectuais para discutir conosco no âmbito da Secretaria a articulação de projetos, a implementação de certas idéias e o desenvolvimento de certas práticas.

Por isso, a gestão central deve responsabilizar-se e assumir o compromisso de ampliar essa relação democrática, ampliar os espaços de articulação com toda a sociedade civil para que possamos, progressivamente, cumprir as idéias apregoadas por todos nós, que são orientações internacionais e aspirações de todos nós.

Por enquanto, é isso.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, caro Doutor Moisés Domingos.

Lembramos aqui o art. 3º da LDB:

“Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios.....

X – valorização da experiência extra-escolar;

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”.....

Nessa mesma lei, o art. 41, ao tratar da educação profissional, do nível médio, faz também remissão ao reconhecimento dessas outras práticas educacionais que estão fora do sentido estrito do que seja a educação escolar. Diz:

“O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho” – aí a escola de fábrica – “poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e” – utilizando a palavra que o Professor Célio já citou – “certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”.

Esses dispositivos guardam intrínseca coerência com o art. 1º da LDB, que dá, evidentemente, o ambiente a partir do qual toda legislação pode e deve ser entendida para além das normativas já consagradas no ambiente mais restritivo dos sistemas escolares formais.

Convido a fazer uso da palavra o Doutor Timothy Denis Ireland, Diretor de Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação; PhD pela Universidade de Manchester, na Inglaterra; Mestre em Educação de Adultos, também pela Universidade de Manchester; com diploma de Educação de Adultos pela Universidade de Manchester em 1977; Licenciatura Plena e Mestrado em Letras, Língua e Literatura Inglesa pela Universidade de Edimburgo, na Escócia.

O SR. TIMOTHY DENIS IRELAND - Muito obrigado.

Sou vizinho do Professor Moisés porque, se não nasci na Paraíba, renasci na Paraíba.

Agradeço, em nome da Secad – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, o convite para participar desta reunião. A Secad é a mais nova Secretaria na estrutura do Ministério da Educação.

Parabenizo esta Comissão pela iniciativa do Seminário.

O conceito de educação ao longo da vida é muito falado, pouco entendido e muito menos praticado. É conceito de fundo para basear todo o sistema de educação e não só o sistema de educação como pensamos a relação entre educação e vida. E é, sem dúvida, um dos mais importantes conceitos no nosso trabalho na Secad.

Cumprimento os outros membros da Mesa, todos conhecidos. É uma grande satisfação reencontrar a Professora Rosângela. A última vez que nos encontramos foi em 1996/1997, num curso de especialização na Universidade Federal da Paraíba sobre educação popular, que tem tudo a ver com a discussão de educação ao longo da vida.

Início com rápida discussão de alguns conceitos básicos, que acho importantes para avançarmos um pouco.

A educação ao longo da vida, como todos consideraram, é conceito muito antigo. Platão fala em educação ao longo da vida; durante a Renascença falaram sobre educação ao longo da vida; em 1919, na reestruturação da educação de jovens e adultos na Inglaterra já se começou a falar sobre educação de homens adultos na perspectiva de educação ao longo da vida. Isso não é novidade.

Como citado pelo Professor Célio da Cunha, a partir de 1962, a Unesco, em sua conferência em Montreal, inseriu na pauta de discussões a educação ao longo da vida ou educação permanente. E isso vem sendo aprofundado.

Quero diferenciar um pouco a aprendizagem ao longo da vida e a educação ao longo da vida.

Primeiro, a aprendizagem ao longo da vida. Entendo a aprendizagem como necessidade básica humana. Sem aprender, não sobrevivemos. A aprendizagem é necessidade fundamental do ser humano. Sem isso, não há como sobreviver não apenas em uma cidade contemporânea, mas em qualquer sociedade.

Quando falamos em educação ao longo da vida, entendo educação no sentido de necessidade social humana, o reconhecimento por parte da sociedade de que essa aprendizagem, que faz parte naturalmente da vida, em certos momentos, precisa ser sistematizada e assumida como função da sociedade.

Além dessa diferenciação entre aprendizagem e educação ao longo da vida, enfatizo também a importância de se pensar a educação ao longo da vida.

Temos, quase todos nós, professores, sempre a ótica do professor e não a de quem aprende. A aprendizagem é muito mais apropriada como conceito básico.

Tentei aqui mostrar o que o conceito aprendizagem ao longo da vida exige em termos de novo paradigma, o que precisa ser reconhecido. Primeiro, a importância da aprendizagem e não a informação, não a educação, nem a capacitação *per se* – o que sublinha todos esses conceitos é a aprendizagem.

É preciso reconhecer, também, a sociedade da informação, a sociedade do conhecimento de que tanto falamos e que pressupõe o desenvolvimento de sociedades de aprendizagem, comunidades de aprendizagem.

O Professor Célio da Cunha referiu-se a cidades educativas. Quero apresentar outro conceito, que seria o de comunidades de aprendizagem.

Como eu já mencionei, aprendizagem é fundamental para a sobrevivência. Não aprendizagem num período da vida, mas aprendizagem ao longo da vida. A neurociência mostra que não há momento algum em que o adulto deixa de aprender. Há momentos em que talvez seja mais fácil aprender, mas o adulto, o jovem e a criança aprendem ao longo da vida. Essa aprendizagem é fundamental tanto para sua sobrevivência quanto para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, sem deixar de lado as questões econômicas, financeiras etc.

A aprendizagem se dá em muitos lugares e em muitos sistemas. Há muitos estilos de aprendizagem. Quando falamos em educação, há a tentativa de reduzir a aprendizagem para instituições escolares ou educacionais. A aprendizagem se dá em muitos lugares e freqüentemente com mais eficácia do que na escola ou na universidade. Precisamos resgatar e reconhecer que esse processo pode ser feito e se processa naturalmente em uma série de outros lugares.

Por fim, há necessidade de se garantir oportunidade de aprendizagem para todos durante toda a vida, ou seja, essa perspectiva de educação como processo que não tem início e fim, mas precisa ser garantido para todas as pessoas e não para uma elite reduzida.

Voltando à educação ao longo da vida, o que esse conceito exige? Falarei de quatro elementos fundamentais um pouco simplificados, mas importantes.

Primeiro, exigência de educação básica de qualidade para todas as crianças. É importante que haja 98% de matrículas no ensino fundamental. Mais importante ainda é que os conteúdos do ensino fundamental sejam relevantes para a vida das crianças e que essas crianças permaneçam na escola e aprendam na escola. Por fim, que aprendam a aprender.

A nossa busca é de educação básica de qualidade para todas as crianças, que permita e garanta a permanência da criança dentro da escola e que coloque a alfabetização no centro dos esforços e das reformas escolares. A alfabetização aqui é entendida em sentido amplo, não apenas a necessidade que temos de aprender a ler e escrever as operações matemáticas básicas, mas a alfabetização como processo amplo que dure ao longo da vida.

Há muitas alfabetizações. Podemos destacar as áreas que consideramos analfabetas e as que consideramos plenamente alfabetizadas.

A educação ao longo da vida, como conceito, exige ambiente que estimule a leitura e a escrita, tanto regionalmente, localmente, quanto nacional e internacionalmente.

Defendo com unhas e dentes a importância de uma política de livro e de leitura como base para qualquer sistema escolar de ensino que queira realmente desenvolver e crescer.

Outro elemento que apresento como necessário para a educação ao longo da vida, até a possibilidade de desenvolver, seria a luta contra a pobreza de maneira estrutural. Não há educação que resolva a pobreza. Certos problemas de pobreza são muito fortemente refletidos na educação em termos de baixa escolaridade, analfabetismo e exclusão.

Esses conceitos, no fundo, são importados, vêm principalmente da Europa e dos Estados Unidos. Temos o conceito próprio da América Latina que nasceu, foi alimentado, nutrido e desenvolvido: o conceito de educação popular.

Espero que a Professora Rosângela Góes também embarque na educação popular, conceito que tem muito em comum com a idéia de aprendizagem ao longo da vida, mas que tem especificidade que não vou tentar desenvolver aqui, e desenvolva o tema.

Para entender educação não há como falar em vácuo. É preciso enfrentar dados que dimensionam os desafios existentes. Falarei mais especificamente sobre educação de jovens e adultos, sem desprezar a educação de crianças, mas a Secad lida não apenas com jovens e adultos.

O cenário da educação de jovens e adultos no Brasil não é nada animador. No primeiro quadro temos a população de quinze anos ou mais, com menos de quatro anos de estudos, um total de quase 32 milhões, dos quais atualmente 29 milhões não freqüentam a escola. Quando examinamos a população de mais de quinze anos, entre quatro e sete anos de estudo, o total é de 36 milhões, dos quais 31 milhões não freqüentam a escola.

Falar em educação ao longo da vida, educação para todos nesse cenário é um desafio um pouco maior do que aquele que talvez possamos ter imaginado antes. Significa que são 67 milhões de jovens e adultos brasileiros com mais de quinze anos que não terminaram o ensino fundamental.

Ao longo dos anos, os governos têm enfrentado esse desafio, em alguns casos de forma mais corajosa, em outros, menos. Infelizmente a curva se mantém estável ao longo dos últimos 60 anos. A partir de 1940, em termos de analfabetismo, avançamos de 56% para chegarmos a 2000 com 13,6%. Atualmente, deve estar em torno de 11,2%. Não há um momento em que se veja esforço maior para superar o desafio do analfabetismo.

Comparado somente com os nossos vizinhos na América Latina, considerando o Brasil em 2000, se continuarmos como estamos, vamos chegar onde a Argentina e o Uruguai estão hoje somente em 2020. Imagino que a Argentina e o Uruguai não vão estar na mesma situação em 2020.

Há, sem dúvida, vínculo muito forte entre pobreza, desigualdade social e econômica e educação.

Este gráfico mostra como a distribuição de renda se mantém estável ao longo dos últimos 25 anos, com um quadro em que 50% mais pobres detêm 10% da renda e um reflexo perverso, os 10% mais ricos da população detêm quase 50% da renda.

Realmente é um dos desafios, não só econômico, para garantir que a educação avance de forma mais igualitária.

A seguir mostrarei como isso se reflete em termos de gênero e raça. Segundo a diferença da média de anos de estudo dos jovens brasileiros, entre 15 e 24 anos, de acordo com essas duas variáveis em gênero e raça, o homem negro tem em média pouco mais de seis anos. A mulher branca tem quase nove. A mulher negra um pouco mais de sete e o homem branco

mais de oito. E essas diferenças se mantêm no decorrer dos anos, ao longo não só dos últimos anos, mas dos últimos cinquenta anos, mesmo havendo melhora na média de anos de estudo.

Também mostro, a Mesa é bastante representativa regionalmente, como a região geográfica se reflete na média de anos de estudos dos jovens brasileiros, na mesma faixa, de 15 a 24 anos. No Nordeste, esses jovens, mulheres e homens de 15 a 24 anos, têm pouco mais de 6 anos de estudo, no Sudeste têm mais de 8.

Faz parte da missão da Secretaria essa busca da inclusão educacional, a busca de dar educação para todos e educação ao longo da vida um pouco mais próxima da realidade. Então, incluir educacionalmente é reduzir as iniquidades. Há dimensões múltiplas e complexas que têm de ser consideradas e aprofundadas.

Primeiro, nesse triângulo de democratização, qualidade e equidade, qual é realmente o sentido de cada um? A democratização não pode parar no nível de acesso, de matrícula. Evidentemente, tem de garantir a permanência, seja da criança, jovem ou adulto, nos sistemas de ensino.

A qualidade é elemento fundamental para garantir a permanência do aluno na escola: qualidade do docente; a formação, que sempre é apresentada como elemento essencial; a participação e o envolvimento não só do professor e do aluno, mas da própria comunidade; a forma de administrar, de gerenciar a escola, e a qualidade da cultura e da vida quotidiana que a escola tem de refletir em termos de equidade, de necessidade de contemplar os diferentes ciclos da vida, de buscar atender às necessidades diferentes dessa fragmentação social existente, de a educação buscar refletir, atender e valorizar a diversidade em toda a sua multiplicidade, tanto de gênero, quanto em termos de etnia, raça, meio ambiente, religião, cultura etc.

No nosso trabalho existem dimensões múltiplas e focos diferentes. De um lado, temos vários temas, segmentos que são focos de nossa atividade, e há temas que são transversais em todos os nossos diferentes segmentos.

Vou listar muito rapidamente nossas preocupações: a educação de jovens e adultos; a educação indígena; a educação do campo; a educação ambiental; a educação de direitos humanos, área que tem sido muito pouco aprofundada; e a cultura. Não há como separar a educação da cultura mesmo que em termos de ministérios se faça essa divisão. Cultura e educação fazem parte de uma totalidade.

Transversalidades. É necessário, quando se fala sobre qualquer sistema, levar em conta o gênero, a etnia, a orientação sexual, geração etc.

Com relação especificamente à educação de jovens e adultos, que é frequentemente reduzida em termos financeiros e em termos de importância, vimos, nas primeiras lâminas, que, quando falamos em educação de jovens e adultos, estamos nos referindo às necessidades educacionais da grande maioria da população brasileira; não estamos falando de uma minoria, que, por alguma razão, escapou da escola, mas de 67 milhões de pessoas que não tiveram respeitados o seu direito à educação, ao Ensino Fundamental.

Lembro de um estudo da Cepal, acho que de 1990, que mostra que são necessários doze anos de educação básica para realmente consolidar o que consideramos o processo ampliado de alfabetização. Estamos muito longe disso.

Em termos de estratégias da política de educação de homens e adultos, primeiro, houve mudança importantíssima na forma em que se conceitualiza o trabalho. Não há mais como se pensar em campanhas de alfabetização essencial, assegurando a continuidade entre um primeiro momento de alfabetização e a sua continuidade, em programas de educação de jovens e adultos em nível de Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Há que se considerar a alfabetização como portal de entrada não só ao sistema educacional, mas aos programas de inclusão social, fazer articulações com os outros Ministérios, com outros programas, seja Bolsa-Família, seja na área de trabalho e qualificação, seja na área de meio ambiente. Essa articulação tem que ser buscada entre a alfabetização e a educação de adultos e as outras áreas sociais.

Precisamos de políticas pedagógicas que reconheçam e valorizem projetos locais. Não há como ter projetos centralizados, impor uma metodologia única, por exemplo, de alfabetização, impor métodos únicos em termos de ensino no campo de educação de jovens e adultos. Há que se respeitar as diferenças regionais, as riquezas regionais, a diversidade, as experiências que existem.

Como já havia dito, e volto a repetir, há necessidade de política de leitura. Não há realmente como consolidar processos educativos quando o acesso à leitura, o acesso ao livro, o acesso à biblioteca é tão restrito.

A Deputada Neyde falou sobre o concurso nacional *Literatura para Todos*, iniciativa da Secad de buscar criar uma literatura especificamente para esses jovens e adultos em processo de alfabetização que, até agora, nunca tiveram obras produzidas especificamente para eles. Há obras para crianças, para adultos muito alfabetizados; para neoleitores, para pessoas em processo alfabetização não existe esse tipo de literatura.

Há, sem dúvida, em termos de política de EJA, a necessidade de se articular a elevação da escolaridade com formação profissional. Há a tendência, no nosso trabalho na Secad, com o Ministério do Trabalho, de articular e integrar programas de Ensino Fundamental para jovens e adultos ou de Ensino Médio, em parceria, por exemplo, com Setec, Proeja, especificamente um programa de Ensino Médio para egressos de Ensino Fundamental, modalidade de educação de jovens e adultos, em que se busca integrar – não é criar programas paralelos, é integrar – currículos de formação com o currículo da escolarização.

E há a nossa busca em termos de política de universalizar atendimento, mas atendimento especial aos segmentos da população que são realmente estruturalmente fragilizados, que têm necessidades especiais. Falamos de juventude, que não deveria ser um segmento especial, mas é um segmento que exige atendimento especial; adultos e jovens em conflito com a lei.

Amanhã vamos iniciar um seminário nacional sobre educação prisional, com a ajuda do Ministério da Justiça. Trataremos de educação dirigida para os povos indígenas, para os trabalhadores do campo, os quilombolas, as mulheres, os idosos, os pescadores e para pessoas com necessidades especiais de aprendizagem. Todos esses importantes elementos serão contemplados na política de educação de jovens e adultos.

Para terminar, destaco a importância das discussões que têm acontecido no âmbito da Unesco. Que continuem existindo, para que haja a divulgação da forma como desenvolvemos nossos sistemas de educação.

Eu citei o *Educação para Todos* na perspectiva da educação ao longo da vida. O Brasil tem participado de todos os foros mais importantes sobre o assunto ocorridos nos últimos anos. Por exemplo, participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990; participou do Fórum Mundial de Educação, realizado em Dakar, em 2000; e participou da última Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada em Hamburgo.

O País tem-se engajado em projetos e programas internacionais da Unesco, de grande importância, como o Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe – PRELAC e Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento – LIFE.

A Organização dos Estados Ibero-Americanos e a Conferência de Ministros de Países da OEI estão discutindo neste momento o Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Educação Básica de Pessoas Jovens e Adultas, que será lançado a partir de 2007. Também, com a Organização Internacional do Trabalho, estamos engajados na campanha contra o trabalho escravo, seja infantil, seja adulto.

Friso a importância de aprofundar o conceito de educação ao longo da vida como fundamental para pensar todo o sistema educacional e para pensar a aprendizagem que se dá fora desse sistema.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, Professor Timothy Ireland.

A propósito das intervenções feitas, lembro aos participantes da nossa reunião de trabalho que dentro das pastas existem três publicações da Comissão de Educação e Cultura, todas elas ainda anteriores à realização da IV Conferência Nacional de Educação e Cultura, realizada em fevereiro de 2005.

Há um acervo de sete volumes sobre as temáticas debatidas na Comissão de Educação e Cultura no ano de 2004, sendo que uma delas versa sobre a política de educação no campo, que, aliás, fez a primeira interação direta entre organizações da sociedade civil que debatiam o tema e a Câmara dos Deputados, em julho de 2004.

Outra publicação é sobre acesso e permanência no ensino superior, ou seja, trata das cotas étnicas e raciais, o que comporta hoje uma política cuja resolução deverá ser dada no plenário da Câmara – há requerimento de votação do Projeto de Lei nº 73/99, que trata desse tema e que já deveria ter prosseguido para o Senado Federal desde do final do ano passado, mas se encontra trancado por conta de um recurso apresentado pelo PSDB e pelo PFL. E há um novo tema, que deverá ter resolução legislativa: Sistema Nacional de Cultura, por uma política pública democrática.

Assim, aproveitamos algumas das referências importantes da exposição feita pelo Doutor Timothy para entender o papel da Comissão de Legislação Participativa. Encontra-se também nas pastas uma publicação

da referida Comissão, considerando um ponto de encontro entre a sociedade civil organizada e o Parlamento brasileiro.

A Comissão foi criada em 2001, e, só recentemente, em 2006, o Senado Federal instalou a sua congênere, de modo a fazer com que proposições, experiências e práticas absolutamente relevantes e atinentes à expansão das garantias dos direitos sociais e à sua própria consolidação no ambiente da formulação legislativa possam ter como porta de entrada para a sociedade a Comissão de Legislação Participativa.

É com esse interesse em particular que convidamos a Universidade Popular Comunitária de Cuiabá a trazer para este seminário a sua experiência inédita com a realização territorial no Estado de Mato Grosso. A Universidade Popular Comunitária de Cuiabá hoje está se espalhando para além dos limites do Município de Cuiabá.

Por essa razão, convido a fazer uso da palavra a senhora Rosângela Carneiro Góes, que dirige a instituição.

A SRA. ROSÂNGELA CARNEIRO GÓES – Boa-tarde a todos. Gostaria de manifestar minha alegria em participar deste seminário. Agradeço ao Deputado Carlos Abicalil a iniciativa e às Comissões de Educação e Cultura e de Participação Legislativa a oportunidade. Cumprimento a Mesa e agradeço a participação.

Gostaria também de dizer da minha alegria por rever o senhor Timothy Denis Ireland, meu professor na especialização em Educação Popular.

Antes de começarmos a discussão e a apresentação de *slides*, gostaria de retomar alguns dados já citados aqui.

O número de matrícula que temos hoje na Educação Fundamental e no Ensino Médio, incluindo o ensino profissional, é de 56,8 milhões. A demanda por educação de pessoas com quinze anos ou mais, que vai desde o Ensino Fundamental, é de 68,9 milhões. Trago esses dados para mostrar a importância da educação de jovens e adultos e a demanda na educação por esse segmento da população.

Gostaria ainda de lembrar o aumento crescente da população adulta e a redução do número de crianças no País. Ainda com base nas considerações feitas sobre educação ao longo da vida e sobre a especificidade dessa modalidade ou dessas políticas para o Brasil, tenho a dizer que na Europa é diferente. A demanda para a educação de adultos na Europa é para além do 3º Grau, enquanto aqui é a partir do Ensino Fundamental.

Especificamente quanto ao trabalho que realizamos na Universidade Popular Comunitária, queremos falar sobre discussão de educação da vida com a concepção de que essa modalidade educativa é o conjunto de políticas com impacto no sistema como um todo e não apenas na educação de jovens e adultos. São políticas e ações que podem favorecer o acesso à informação, o avigoreamento familiar, o desenvolvimento de diferentes ações educativas, culturais e laborais que causam mudanças na qualidade de vida das pessoas.

Essa discussão teve início em 2001, quando Cuiabá se filiou à Associação Internacional de Cidades Educadoras. Foi regulamentada pelo Conselho Municipal de Educação, por meio da Resolução nº 003, que definia a educação ao longo da vida como o conjunto das ofertas educacionais, formais ou não formais, que integram as dimensões prope-dêuticas profissionalizantes no processo formativo, destinado a pessoas com idade igual ou superior a quinze anos para o ingresso no ensino fundamental, e superior a dezessete anos para o ingresso em nível médio, tendo por fundamento o envolvimento humano, a convivência, a ludicidade, a pertinência dos saberes e a multiplicidade da vida.

O Sistema Municipal de Educação organiza a educação ao longo da vida no âmbito de suas capacidades regulatórias em ofertas educacionais, formais e não formais, entendendo aquelas formais as que têm como base as diretrizes curriculares nacionais, e as não formais aquelas que se caracterizam pelo atendimento dos interesses individuais ou coletivos em áreas genéricas do conhecimento. As ofertas educacionais formais compreendem a educação fundamental de valorização do ser e da vida, a educação de jovens e adultos e a educação profissional em nível técnico. Na modalidade da educação fundamental de valorização do ser e da vida, tivemos como resultado a constituição da Universidade Popular Comunitária.

A Universidade Popular Comunitária, pública gratuita, foi criada pela Prefeitura Municipal de Cuiabá e seu primeiro campus entrou em funcionamento em outubro de 2002, numa região periférica da cidade, a região do Osmar Cabral, que compreende 11 bairros. Naquela época, tínhamos uma população de cerca de 25 mil pessoas e hoje temos 32 mil pessoas habitando aquela região. É uma região ainda com características de área rural, onde não temos escolas de nível médio. Temos cinco escolas municipais, sendo que duas atendem por meio de convênio ao ensino médio. Ela é resultado de uma consulta que fizemos à população, de um

diagnóstico participativo, depois que levantamos as condições de vida dos habitantes da região. E foi realizada em conjunto com a população dos bairros, professores, servidores, que foram os pesquisadores e pesquisados.

Uma das dimensões que ficou clara foi a baixa escolarização na educação de adultos e o impacto que isso tinha na formação dos jovens e nas relações familiares, a dificuldade dos pais de acompanhar o processo de escolarização dos filhos e até de manter diálogo com eles e a grande resistência desses adultos de voltarem à escola, até por considerarem o espaço da escola como o de um tempo perdido. E uma das dimensões da idéia da Universidade Popular Comunitária é a concepção da universidade como um espaço de formação do adulto.

Penso que já adiantei um pouco esse *slide*. A Universidade Popular Comunitária é destinada à população com 25 anos ou mais e atende, em 2006, a aproximadamente novecentas pessoas, em cinco campi. Temos já três campus com o ensino médio e prevemos a oferta do 3º grau para 2008.

Alguns dos fundamentos que inspiram a nossa prática é a práxis do riso e não a sisudez. O espaço de aprendizagem é lúdico. Há dúvida, ausência de certezas, formação de autonomias, comunicação múltipla e polifônica, evolução – e não crescimento –, emancipação, policentrismo e policompetência, auto-organização, autoprodução e liberdade. A UPC está em organização permanente Não achamos que um campus tenha que seguir exatamente a proposta do outro. Para cada turma é feita uma proposta curricular diferenciada, tendo por base as competências profissionais das pessoas que a constituem, as outras habilidades que possuem e os seus sonhos e desejos.

Não vou seguir exatamente o que está escrito aqui, porque realmente é algo que não consigo fazer e também em decorrência do tempo.

No caso da Universidade Popular Comunitária, como falei anteriormente, cada campus tem sua própria autonomia, entretanto é uma só Universidade Popular Comunitária. Trabalhamos com o conceito de sistema ou de sistemas ou de atuação em rede. Os campus se organizam de forma colegiada no seu interior e também há um colegiado entre campi. O Deputado Carlos Abicalil falou que eu dirijo a Universidade Popular. Devo dizer-lhe que não a dirijo. Não temos um diretor, mas uma organização colegiada. Talvez eu exerça certa referência por ter sido a primeira profissional a entrar nesse projeto e a ajudar na sua construção, mas realmente temos um trabalho colegiado.

A organização interna de cada campus é poliárquica. Os estudantes não gostam de ser chamados de alunos, porque esse termo remete à infância. Então, eles são denominados de discentes ou coartisentes e nos auxiliam em todas as atividades desenvolvidas, desde a limpeza – que fazemos em conjunto, porque não temos funcionários. O corpo se resume a nós, professores, e pessoas adultas que freqüentam os campus. Dividimos todas as tarefas e as trabalhamos no coletivo. Temos comissões e divisão de responsabilidades, mas não temos cargos. Fazemos isso de maneira colegiada. Temos um colegiado-gestor de cada campus, e no nosso estatuto, que ainda não foi aprovado, há a proposição de um colegiado-reitor para o ensino superior. Enfim, as tarefas são divididas em comissões que atuam no conjunto da organização dos campi.

Isso também se reflete na própria forma de democratização das decisões e na implementação do processo educativo. O planejamento anual é feito no coletivo e aprovado por nós e pelos representantes da comunidade. Também discutimos com a comunidade – os onze bairros e suas lideranças – um projeto de desenvolvimento local. No nosso campus são onze bairros; no outro, mais sete; no outro, 23; e assim nos 5 campi existentes na cidade.

Da organização e gestão já falamos. Passamos agora para os conceitos organizadores. Dada a diferença de atuação do profissional que trabalha na Universidade Popular Comunitária, que tem que desenvolver diferentes ações e que tem uma série de atribuições que não são comuns ou que não são exigidas de um professor, desenvolvemos o conceito de artisentes – algo bastante controverso. Devemos ter uma carga horária de 40 horas, com dedicação exclusiva, e temos a pesquisa como fundamento da nossa atuação. Cada um de nós tem a obrigação de, a cada três anos, finalizar um processo de pesquisa em serviço. E isso também vale para as pessoas com as quais trabalhamos: cada um dos coartisentes desenvolve um projeto de pesquisa.

Temos como docente o artisente.

É interessante também pontuar que não é só uma questão de moda. Na época, tivemos dificuldade de ter o profissional bacharel, técnico, dentro dos quadros da Secretaria. O artisente possibilitaria a contratação do bacharel, que não era professor, mas era necessário para o desenvolvimento de algumas das atividades que precisávamos fazer.

Os conceitos abaixo mostram como organizamos o nosso currículo. As mesas originam-se de produtos para os quais necessariamente não temos capacidade ou para os quais não fomos formados, mas aprendemos a fazer junto com os coartisentes. Por exemplo, fizemos uma minissérie a partir da história de vida das pessoas lá do nosso campus, apesar de nunca termos feito um filme. Fizemos 23 programas de rádio, mas nunca tínhamos feito programas de rádio. Na realidade, também para nós, profissionais, a organização desse trabalho possibilita grande crescimento e permanente desafio de formação.

As oficinas são os espaços em que os discentes e os coartisentes assumem, como protagonistas, o papel de formadores. A partir dali, desenvolvemos os conteúdos curriculares que fazem parte do processo de escolarização, mas sempre tendo como base esses conhecimentos que as pessoas já têm. Por exemplo, tivemos coartisente que era trabalhador da construção civil, que fez formação de oficinas elétricas e hidráulicas, e nos ensinou a fazer pequenos reparos. A partir disso, trabalhamos os conceitos matemáticos e físicos pertinentes a essa atuação.

Ferramentaria são aqueles espaços nos quais trabalhamos os conhecimentos necessários para desenvolver as mesas, oficinas e outros procedimentos. Por exemplo, escrevemos um livro e alfabetizamos, num processo integrado, os coartisentes, a partir da escrita de suas histórias de vida. Mas era preciso que eles soubessem escrever. Com essas ferramentas básicas para o desenvolvimento das demais atividades, trabalhamos nesse espaço já denominado “ferramentaria”.

Laboratórios de intervenção são espaços nos quais temos uma atuação que causa impacto na qualidade de vida imediata das pessoas. Por exemplo, a formação de cooperativas, que trazem impacto na geração de renda. Aqui, trabalhamos com laboratório de intervenção.

Saberências são espaços de troca e formação dos artisentes, dos profissionais, mas sempre abertos e com a participação dos coartisentes. Relativamente a essas saberências, reunimo-nos uma vez por semana, todas as quintas-feiras, em período integral. Fazemos um planejamento conjunto dos campi e de todos os profissionais da UPC e trabalhamos as atividades administrativas, além de fazermos uma série de outras reflexões.

A confusão ocorre quando reunimos todos os campi ou para fazer uma mostra científica, ou para fazer um seminário, ou para fazer uma assembléia de decisões organizativas.

Esses são os conceitos fundamentais da organização do trabalho.

Nestes *slides* contamos um pouco como isso nasceu. O primeiro campus veio do diálogo com as associações de moradores da região e também com os profissionais da educação. Nesse diálogo houve o levantamento, muito interessante, da angústia do profissional que atua no EJA, principalmente em Mato Grosso.

Uma professora deu um depoimento marcante. Disse que trabalhou com um aluno durante quatro anos e que, após esse período, ele foi tentar a concorrência mas não conseguia falar, não conseguia defender a sua proposta. Então, uma coisa com a qual nos preocupamos foi com a locução, a fala, a apresentação, para que as pessoas possam ter voz. Há a preocupação com a formação do ator, mas também do ator social.

Outra dimensão importante nesses quatro anos de vivência na Universidade Popular Comunitária foi a descoberta do Judiciário, para nós que não temos uma tradição de reivindicarmos nossos direitos e para a população com a qual trabalhamos. Descobrimos a mobilização na luta por direitos. No ano passado, tivemos alguns problemas com a troca de Governo. É uma tradição, no Brasil, as políticas de Governo e não as políticas de Estado. Houve um aceno no sentido de fechar a Universidade Popular Comunitária. Nós, coartisentes e artisentes, nos mobilizamos e nos organizamos num movimento chamado de Causação Cidadã, que contou com o apoio de várias entidades organizadas da sociedade civil, da Câmara e da Assembléia Legislativa, locais onde tivemos audiências. Até o momento, temos conseguido manter a Universidade Popular Comunitária.

Ocupamos também outros espaços, como o do Conselho Municipal de Educação. Da composição discente do Conselho, de quatro conselheiros, três são da Universidade Popular. Se nós, professores, não participamos sempre do Fórum Permanente de EJA, pelo menos os coartisentes se fazem presentes. Mas participamos do Fórum Estadual da Economia Solidária e também, nos bairros, do movimento comunitário, do controle dos Conselhos Comunitários de Justiça etc. Então, há uma inserção das pessoas com as quais trabalhamos nesses espaços de controle social.

A legislação municipal propiciou o reconhecimento da Universidade Popular e dos cursos oferecidos até o Ensino Médio. A criação de uma fundação educacional pública no Município nos dá a possibilidade de implementar o ensino superior. Temos aqui alguns exemplos que são resultado

desse processo, como a criação da fundação, além da nossa participação em audiências públicas.

O Movimento de Causação Cidadã foi interessante porque, a partir dele, o Ministério Público exigiu da Secretária de Estado que fizesse senso sobre a demanda, no Estado, da educação de jovens e adultos, o que foi realizado junto com o plebiscito, no final do ano passado. Também atuamos junto ao Prefeito para que ele implementasse outros espaços de atendimento à educação de jovens e adultos. A partir deste ano, então, a Secretaria Municipal de Educação assumiu a educação do sistema prisional.

Em organizações sociais, de investigações e de empreendimentos, é que estamos trabalhando em conjunto, na forma de rede.

Dentro do espaço da economia solidária, há um trabalho, em parceria com a Cooperativa Curimatá, em que se desenvolve a proposta de um núcleo de inovação tecnológica. Estamos pensando de forma integrada: a Universidade Federal de Mato Grosso e a Universidade Popular Comunitária.

Fazemos parte da rede de colaboração solidária, que inclui várias organizações da sociedade civil. Também a Secretaria de Justiça nos procurou para firmarmos um convênio no sentido de atuarmos conjuntamente no centro de ressocialização do sistema prisional.

Nos conselhos gestores dos campi temos uma parceria com o grupo de pesquisa de movimentos sociais, políticas públicas e gestão da UFMT, que nos auxilia e nos assessora no processo de desenvolvimento da investigação, participação em instâncias formais colegiadas.

Em âmbito municipal e estadual, como já falei, temos o Fórum Permanente de EJA. Além disso, estamos desenvolvendo pesquisas em conjunto com outras universidades: a Unisinos, a PUC, a Unicamp, a UFPA, a Unemat e a Universidade de Siegen, na Alemanha. Temos já como fruto duas dissertações de mestrado. Ali está uma. Na semana passada, tivemos a defesa da segunda. E, em curso, temos duas dissertações de mestrado e duas teses de doutorado, além das outras pesquisas.

Por solicitação da Setec, de Mato Grosso, sediaremos o Centro Público de Economia Solidária – ainda está em processo de implantação.

Participamos do fórum estadual, como falei anteriormente. Sou membro do GT de Formação em Economia Solidária, na Senaes. Desenvolvemos outros projetos em conjunto com o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – Consad, da Baixada Cuiabana, e com o banco de alimentos do Estado de Mato Grosso. Somos integrantes da Rede de

Tecnologia Social e estamos implementando um projeto de incubadora de empreendimentos sociais dentro da Universidade Popular Comunitária, já aprovado pela Finep.

Mostraremos agora algumas fotos. Gostaríamos de ter trazido co-artistes, porque melhor do que falar sobre o que fazemos é ouvir as pessoas que são sujeitos, protagonistas desse processo.

Temos aqui uma produção de doce. Ali, a equipe que produziu a minissérie, que foi um dos produtos do ensino fundamental. Aqui, um dos nossos coartistes com seu filho, na sala de aula – normalmente, temos a participação das famílias na sala de aula. Ali, um trabalho com fitoterápicos – secando as plantas para a produção de fitoterápicos. Ali, o projeto Cozinha Brasil, feito lá no campus, sobre reeducação alimentar. Aqui, a produção de alimentos. Temos um coral – aliás, temos mais de um por campus; reuniões de formação e participação nas assembleias; atividades no campus. Dentro da incubadora, há um salão de beleza cooperado e uma clínica de estética.

Este é um pouco do trabalho que desenvolvemos.

Muito obrigada.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Agradecemos à Senhora Rosângela Carneiro Góes a apresentação dessa história de cinco anos de desenvolvimento desse tema na Universidade Popular Comunitária de Cuiabá, as diversas experiências registradas e, evidentemente, a denúncia – vou chamar assim, de maneira delicada – do risco que se corre quando se tem política dessa natureza, com características que ainda não assumem uma intervenção do Estado, do Poder Público como tal. Essas atividades correm o risco, a cada mudança de governo, de serem interrompidas. Incorre-se na iminência de serem interrompidas experiências como essa, profundamente integrada à vida comunitária, como mostram os diversos relatos apresentados e os conceitos que fundamentam essa experiência completamente diferenciados daquilo que é a prática escolar e, diria, absolutamente harmônicos com o art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Professora Rosângela Carneiro Góes apontou o próximo desafio, que é saltar da condição do reconhecimento já obtido junto às instâncias organizativas do sistema, como o caso do Sistema Municipal de Educação, ao reconhecimento do ensino fundamental. O Conselho Estadual de Educação já reconhece o ensino médio e agora transpõe

para o nível superior o desafio apontado por esses novecentos coartisente – conceito que aprendi há pouco tempo. Isso tudo em torno da participação cidadã, do que fazem e do aproveitamento do entorno, ou seja, do que trazem como herança dos seus ambientes culturais e das suas práticas já adultas, considerando a Universidade Popular Comunitária ambiente próprio para a educação de adultos com mais de 25 anos de idade, independentemente de qual seja a etapa formal a que corresponde a sua prática de aprendizagem e a de socialização de saberes distintos.

Nossa interação hoje coincide com outro seminário que está ocorrendo na Câmara dos Deputados, que trata de arte, música e cidadania, em particular a contribuição que a música tem para a cidadania e para os processos educativos. A atividade está transcorrendo neste momento no Auditório Nereu Ramos. Vale a pena ir até lá para observar as dimensões do auditório e o número de participantes, para contrapor esses dados ao resultado que colhemos com a ausência das artes na escolaridade, em particular na escolaridade pública brasileira.

O que isso representa quarenta anos depois de se ter inaugurado a ditadura e o período de obscurantismo nas práticas educacionais, que ainda retratam esse percurso?

Ao mesmo tempo, quero convidá-los a participar daqui a pouco da apresentação musical da Orquestras de Tatuí, formada por crianças carentes de sete a quatorze anos, e do Grupo Minas ao Luar, que se vai apresentar na rampa do Congresso Nacional. Esse mesmo grupo abriu hoje pela manhã o Seminário Arte, Música e Cidadania, que acontece no Auditório Nereu Ramos.

Registro o nome dos Parlamentares que estiveram aqui na tarde de hoje: Deputados Gilmar Machado, Carlos Nader, Átila Lira, Severiano Alves, Rogério Teófilo, Lobbe Neto, Antonio Carlos Biscaia, Geraldo Thadeu, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, Neyde Aparecida, Presidenta desta Comissão, Selma Schons e Almerinda de Carvalho.

Temos inscrito, para dar uma contribuição ao debate, o Doutor Ciro José Tavares.

A SRA. DEPUTADA ALMERINDA DE CARVALHO – Senhor Presidente, sabemos que a educação – seja fundamental, básica ou superior – anda muito mal. Os Governos preferem investir em assistencialismo a investir em educação, porque com assistencialismo fica mais fácil manipular nossa população carente.

A LDB tem capítulos que na prática não estão funcionando. Hoje também atravessamos um problema muito sério com nossos educadores malformados, desmotivados e em condições precaríssimas de exercerem suas funções. Hoje a violência urbana é um dos problemas sérios nas grandes cidades, principalmente na minha, no Estado do Rio de Janeiro. Por exemplo, o bandido da área ordena que não haverá aula e muitos educadores não podem ir à escola em razão dessa determinação. Considero isso um problema muito sério.

Tenho aqui uma revista que trata das cotas raciais e étnicas, tema que atualmente está sendo bastante discutido. Questionada por um grupo do meu Município – moro na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro –, disse que apoiamos tudo que contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, mas não vejo aqui a solução para o problema. A solução é investir em educação infantil. Defendo a escola para todos, mas com qualidade.

Quero saber a opinião dos senhores a respeito das creches, proposta nossa para inclusão no Fundeb, da educação infantil e do pré-escolar – agora o ingresso das crianças no ensino fundamental passa a ser a partir dos 6 anos.

No que se refere à inclusão de crianças portadoras de deficiência na escola regular – hoje existe um grande movimento a favor –, manifesto posição contrária por entender que as APAEs não podem acabar. A criança portadora de deficiência não pode estudar numa sala de aula do ensino regular por ser prejudicial ao seu desenvolvimento e ao de outras crianças.

Quero ouvir a opinião dos senhores a respeito desses dois temas.

Senhor Presidente, lamento que esta reunião não esteja repleta de Parlamentares e a imprensa não esteja dando cobertura a ela. Talvez se um bandido estivesse depondo nesta Comissão, esta sala estivesse lotada de repórteres e Parlamentares. É lamentável que este evento de tamanha importância – um dia desses, não havia ninguém participando de um seminário sobre política e cidadania –, que aborda problemas fundamentais em nossas vidas, como a educação e a questão política, não esteja sendo divulgado pela imprensa.

Destaco ainda a ausência da *TV Câmara* neste evento, que deveria estar filmando este seminário com a importante participação dos senhores.

Agradeço a todos a participação.

Muito obrigada.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, Deputada Almerinda de Carvalho.

Para efeito de otimização do tempo, como a luz que indica o início da Ordem do Dia está acesa há mais de uma hora, é preciso ter atenção.

Vou conceder a palavra ao Dr. Ciro, para que possa aproveitar a oportunidade e a Mesa fazer as suas considerações numa única rodada.

Com a palavra o senhor Ciro.

O SR. CIRO JOSÉ TAVARES – Muito obrigado, Deputado Carlos Abicalil.

Componentes da Mesa, demais presentes, não se trata de uma pergunta, mas de uma consideração que quero fazer ao Doutor Timothy, que, por duas vezes, fez referências ao problema do acesso à leitura. Doutor Timothy, entendo que, nesse particular, estamos diante de dois desafios: primeiro, o da complexidade do mercado editorial brasileiro; segundo, o da falta de motivação da juventude brasileira hoje em buscar cultura nos livros, sobretudo nos livros de literatura. Esses dois desafios precisam ser superados. Se não alterarmos o comportamento do mercado editorial brasileiro, se não estimularmos a leitura na primeira infância, nos colégios e nos bancos escolares, não conseguiremos atingir o objetivo pautado tão bem pelo senhor.

A segunda pergunta, que não é bem uma pergunta, é dirigida ao Doutor Moisés. Vivendo e aprendendo. Sou leitor habitual de jornais, leio vários todos os dias. Entretanto, o senhor apresentou dados que eu desconhecia inteiramente. Ou estamos sendo boicotados pela mídia, ou então alguma coisa está errada. O senhor traz dados importantíssimos. Gostaria, senhor Moisés, que investigássemos isso. Qual a razão de sermos solapados devido às informações que não nos chegam? O Senhor apresentou um programa brilhante. Quantas coisas estão sendo feitas que a população brasileira desconhece?

Por fim, Senhora Rosângela Góes, vou me dar o direito de ir à sua cidade para ver de perto sua experiência, que é brilhante.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, Senhor Ciro.

Passo a palavra à senhora Rosângela Carneiro Góes, primeira oradora desta fase.

A SRA. ROSÂNGELA CARNEIRO GÓES – Bom, vou falar sobre educação infantil, creches. Meu filho foi para a creche com um ano de idade. Acho realmente que o espaço da educação infantil é muito importante. Entretanto, vejo que não é mais importante do que os outros espaços educativos. Até porque, de certa forma, no Brasil a demanda maior não é por creches, por educação infantil. Por incrível que pareça, nossa maior demanda hoje é a educação de jovens e adultos.

Vemos o quanto é importante que o adulto tenha direito à educação, para que possa auxiliar na educação de seu filho, estabelecer um diálogo com a juventude, com a criança, de modo a ter uma atuação diferenciada na condição de pai e, sobretudo, de mãe. Até porque vemos que a feminilização da pobreza é um dos grandes problemas hoje no País. Lá, no bairro, grande número de mulheres não freqüentavam a escola. Portanto, a situação das mães, mesmo daquelas que ficam em casa com os filhos, dada a pobreza em que vivem, é muito grave.

Essas mães necessariamente não recorrem a creches. Mas na medida em que passam a freqüentar um espaço de escolarização ou são inseridas na esfera produtiva, a relação muda. Desse modo, penso que é importante a educação da criança, mas é fundamental a educação do jovem. Hoje, nossa maior demanda no País é a educação de jovens e adultos.

Em relação à política de cotas, creio tratar-se realmente de uma ação afirmativa. Ela não elimina o problema, mas abre as portas das universidades para uma população que tem sido excluída desse espaço. Podemos contar quantos doutores negros, quantos doutores índios há no Brasil. Portanto, considero a política de cotas fundamental. Repito: ela não é a solução, mas abre importante espaço para a democratização do acesso ao ensino superior para uma população sistematicamente dele excluída.

Muito obrigada.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, Professora Rosângela.

Com a palavra o Doutor Timothy, Diretor do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

O SR. TIMOTHY DENIS IRELAND – Há duas questões. Primeiro, sou absolutamente a favor da inclusão. Acho que a criança com necessidade especial de aprendizagem deveria ser considerada parte da rica diversidade

de crianças, proporcionando-se a ela especial apoio. Obviamente, é possível, na maioria dos casos, que crianças e jovens com necessidades especiais – sejam auditivas, visuais ou mentais – sejam incluídos. Senão, esse processo de exclusão continua ao longo de quase toda a vida. Elas vivem em guetos, não fazem parte da comunidade. Se desde pequenas as pessoas convivessem com crianças deficientes, isso se tornaria algo normal. Faz parte da riqueza da vida. Há pessoas que têm a infelicidade de nascer com problemas, mas têm de ser tratadas como qualquer cidadão.

Por exemplo, em termos de alfabetização, há a tendência de se criar salas de aula só para pessoas com deficiência auditiva ou só para pessoas com deficiência visual. Estamos tentando fazer o máximo para quebrar isso e incluir essas pessoas. Não é fácil para o professor, pois exige dele uma formação muito mais aprofundada, seja em qualquer nível. Mas é um desafio que temos de aceitar.

A segunda questão diz respeito à leitura. É interessante notar um dos resultados do concurso concluído há pouco tempo, em junho. Como a notícia do concurso foi publicada nos jornais, vários editores procuraram o Ministério querendo saber do processo de editoração das obras. Acho que podemos provocar o mercado a responder. E qualquer editora com um pouco de tino comercial, vendo que há um mercado potencial de mais de 60 milhões de pessoas, vai buscar formas de atender a esse público.

O processo de alfabetização de jovens e adultos, especialmente dos adultos, tem importantíssimo reflexo sobre a criança. Quando os pais lêem para suas crianças, a leitura torna-se parte da vida normal. Isso tem que ser feito, e pode ser feito inclusive no processo de alfabetização. Queremos desenvolver livros de leitura. Histórias infantis que o pai, a mãe, o avô, a avó podem ler para seus filhos ou netos. Na medida em que o adulto pratica sua leitura, provoca na criança o gosto pela leitura.

Existem muitas iniciativas interessantes no campo da leitura, como salas de leituras, rodas de leitura, que são pouco divulgadas. Precisamos ser muito mais criativos. As bibliotecas, em geral, são lugares muito sisudos, pouco atraentes aos jovens. Temos que buscar formas de levar o livro para o jovem e trazer o jovem para o livro. Isso é importantíssimo.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, Doutor Timothy.

Com a palavra o Doutor Moisés.

O SR. MOISÉS DOMINGOS SOBRINHO – Invertendo a ordem, a respeito de suas observações sobre os dados apresentados, sabemos da disputa que enfrentamos junto aos meios de comunicação para divulgar informações e dados. Os editores têm suas pautas. Enfim, há forte interesse naquilo que se divulga, naquilo que chega à população. Mas mais importante ainda são as pequenas ações estruturantes, que não terão visibilidade imediata, mas se houver continuidade irão adiante.

Nesta gestão, tenho sempre defendido que precisamos plantar sementes de raízes profundas. Elas não vão aparecer agora, mas ao longo do tempo. Fico contente que esses dados tenham sido bastante reveladores para o senhor.

Em relação à primeira parte das considerações da Deputada, independentemente de qualquer visão ideologizada, essa leitura de mundo deveria ser levada a sério. Vivemos um momento muito importante no País, riquíssimo para todos nós, particularmente para os que estão na gestão. Inclusive, muitos deles não fazem parte das elites tradicionais, assumiram a gestão recentemente, têm qualificação, formação, militância, mas estão aprendendo como se gerencia, se administra o Estado, com a implicação de tomar consciência de que Estado republicano e democrático não é apenas uma questão conceitual. Para atingir o fundamental, o fenômeno da cultura republicana e democrática, desafio que todos enfrentamos, vamos levar algumas décadas. Nossos netos é que verão esse Estado republicano e democrático ao pé da letra. Mas a história tem que ser feita a todo momento, a todo instante, e essa é a nossa luta.

Sobre as cotas, sempre as defendi. Tive a oportunidade de orientar uma tese sobre o racismo no Brasil. Essa foi a única tese sobre esse assunto que orientei; as outras trabalhavam em outra direção. Lá conseguimos fazer a defesa de que o fundamental – na minha idéia, na hipótese que levantamos – é que o racismo no Brasil, antes de tudo, está incorporado em nossas estruturas mentais. Virgínia Wolf, no livro *Rumo ao Farol*, diz que quando o macho entra em casa, o espaço dele na casa já está todo demarcado, como se tivesse sido feito a giz. Utilizando metáfora semelhante, o negro, na nossa sociedade, já tem seu espaço marcado a giz. E nós não nos incomodamos tanto, não percebemos a todo momento essa discriminação que nos foi inculcada deste cedo e está, portanto, incorporada em nossos esquemas mentais, o que a torna mais difícil de combater.

Em relação às medidas, num certo sentido elas são positivas, porque levamos 500 anos para pensar em medidas. Se não tomarmos nenhuma medida, vamos esperar quanto tempo ainda, e para mudar o quê? No entanto, quando debatemos as opiniões, não as análises científicas do fenômeno, há espaço para todas as intervenções.

Para não estirar mais a corda, agradeço à Comissão o convite. Deputado, temos que convidar mais os gestores a participarem desses debates, inclusive disponibilizando mais tempo para ouvirmos o público, porque aqui não tivemos essa oportunidade, dado o tempo corrido de que dispusemos.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Em relação a ouvir o público, quero dizer que as pessoas foram consultadas individualmente.

O SR. MOISÉS DOMINGOS SOBRINHO – Foram?

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Foram. Eu tomei o cuidado de proceder à consulta individual do público presente. Não foi isso que nos premiu aqui.

Por último, concedo a palavra ao Doutor Célio da Cunha.

O SR. CÉLIO DA CUNHA – Primeiramente, cumprimento os responsáveis pela experiência de Cuiabá. Ela sinaliza muito em direção àquelas idéias das cidades educadoras. É uma experiência positiva, que deve ser acompanhada, divulgada. A Unesco apresenta também os cumprimentos aos senhores. Esse é um projeto importante, que avança e se situa bem na perspectiva deste seminário.

Segundo, aproveito uma observação da Deputado Almerinda sobre uma questão crucial. Num certo sentido, ela pergunta: *“Bom, se há poucas pessoas, o Brasil não valoriza a educação?”*

Deputada, o problema é realmente difícil, diria até, secular. Muitos dos protestos que repetimos hoje sobre educação foram feitos no século XIX. José Bonifácio, Gonçalves Dias, Rui Barbosa já tratavam desse tema. De fato, temos uma história de protestos e de denúncias na área educacional.

Fazemos hoje algumas perguntas – e acho que o Deputado Carlos Abicalil também as faria, porque é um dos lutadores pela educação brasileira. São tantas lutas e, de repente, os resultados ficam muito aquém

do esforço feito. Qual a dificuldade para o País como um todo eleger a educação como prioridade? Por que, por exemplo, depois de o Congresso Nacional aprovar o Plano Nacional de Educação, elevando os investimentos para 7% do PIB, exatamente esse artigo é vetado? Por que, de repente, temos de fazer tamanho esforço para aprovar o Fundeb? Vejam que há grande expectativa em torno da aprovação desse Fundo mas sempre aparecem novos obstáculos. Devemos fazer essas perguntas a todos nós e elas deveriam ser objeto de debate público.

O Brasil não teve um projeto educacional na Independência e na Proclamação da República.

Quando se faz referência a cotas, talvez caiba lembrar aquele artigo de Euclides da Cunha, quando da comemoração da libertação dos escravos, assinada pela Princesa Isabel, em 1888, no Rio de Janeiro, em que ele pergunta: *“Por que não gastar esse dinheiro numa escola para os libertos?”* Se tivéssemos feito isso, possivelmente hoje a questão das cotas teria sido diferente.

Essa história continua e chega aos nossos dias.

A Unesco luta mundial e nacionalmente pela valorização da educação pelo Poder público e pela sociedade. O jornalista Clóvis Rossi, em um artigo para a Unesco, chegou a dizer:

“Olha, nós precisamos educar para a prioridade. A educação não é uma prioridade do Brasil, não é uma prioridade da sociedade brasileira.”

De fato, até pelas nossas omissões históricas, colhemos hoje frutos um tanto amargos. Segundo os dados do Professor Timothy, existem quase trinta milhões de brasileiros com escolarização média abaixo de quatro anos.

Esse é um desafio sem precedentes ao lado de tantos outros. O que há, talvez, para saudarmos como mais uma esperança é que novamente vozes de vários cantos do Brasil estão se levantando, vozes que sempre se levantaram historicamente. Agora, os empresários também se levantam. Em São Paulo, eles se reúnem numa luta de compromisso pela educação; o Congresso Nacional; várias entidades; os candidatos à Presidência da República.

Então, estamos diante de uma oportunidade em que, mais uma vez, aquele princípio esperança, de Ernest Bloch, está na ordem do dia.

Parece que estou sentindo uma elevação da consciência brasileira em reconhecer, de fato, que a educação é uma das grandes prioridades para

o País, e em cumprir aquilo que o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* já colocava, em 1932, nas suas primeiras linhas:

“Nenhuma outra prioridade sobreleva a da educação, nem mesmo as de ordem econômica”.

Nossa Luta agora é para que as metas educacionais tenham a mesma qualificação das metas econômicas. Sem isso o Brasil não conseguirá avançar. Tudo o mais depende disso.

Estamos num momento privilegiado, de vozes de vários segmentos, inclusive as das elites, que no passado se omitiram, foram mais antielites do que elites. As elites dos Estados Unidos perceberam a importância da educação. George Washington, por exemplo, na sua primeira mensagem ao Congresso, enfatiza a educação. Não fizemos isso no passado, mas estamos, agora, nessa nova luta. Acho que se trata de um processo sucessório. A educação brasileira, certamente, ocupará grande espaço neste debate. Vamos torcer para que ela entre numa nova fase, sendo valorizada não apenas pelo Poder público, mas pela sociedade civil. Para que de fato a educação se converta em prioridade no País, é preciso que a própria sociedade a veja como uma prioridade.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) - Muito obrigado, Doutor Célio da Cunha.

Agradeço aos nossos convidados por atenderem ao nosso convite.

Talvez apenas como um imperativo ético, devemos transformar o conceito substantivo abstrato, de “esperança”, em verbo imperativo, “esperançar”.

Um grande abraço a todos e muito obrigado.

Declaro encerrada a presente reunião.

ISBN 978-85-736-5407-4



9 788573 654974